

**ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE SESIMBRA REALIZADA NO DIA 19 DE JULHO DE 2002**

-----Aos dezanove dias do mês de Julho de dois mil e dois, no Auditório Conde de Ferreira, reuniu, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Sesimbra sob a presidência do Sr. Carlos Manuel Gouveia Lopes, e secretariada pelos Srs. Fernando Eduardo Marques Antunes e José Carlos Ferreira Ezequiel, Primeiro e Segundo Secretários, respectivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

----- **1. Grandes Opções do Plano e Orçamento 2002.** -----

----- Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: Carlos Manuel Gouveia Lopes, Miguel Maria Ferraz Alarcão Bastos, José Carlos Ferreira Ezequiel, Lisandro Manuel Ribeiro Trafaria, António Jorge Pinto Alves, João Paulo Marques Dionísio, Sérgio Paulo Gomes Pereira, Maria Aurora de Cruzeiro Álvaro de Afonso Lopes, Maria Albertina Cardoso Fernandes Oliveira, Joaquina Odete Martins da Graça, Carlos Afonso Guerreiro da Luz e Silva, Fernando Eduardo Marques Antunes, José Henrique Peralta Polido, Aires Patrício Fernandes Lisboa, Nelson Duarte Carneiro Fernandes, Germano Óscar Amorim Barros, Ricardo Jorge Peixoto Pinto Simplício, Júlio Alves Joaquim, Maria de Jesus Amiano Marques, José Fernando Brito Andrade, António Augusto Vieira Gomes, António André e Adolfo Jorge Paixão Marques.-----

-----Comprovada a existência de quorum, **o Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e duas horas e cinco minutos.-----

-----Verificou-se também a presença do Presidente da Câmara, Amadeu Penim, do Vice-Presidente Manuel José Cardoso Alves Pereira, e dos Vereadores Alberto Manuel Gameiro Santos, Felícia Maria Cavaleiro da Costa, José Manuel Lobo da Silva e Maria Argentina Amiano Marques.

-----Informou depois que os Membros Américo Manuel Machado Gegaloto, eleito pela Lista do Partido Socialista, e Sandra Marília Martins Rodrigues de Carvalho, eleita pela Lista da Coligação Democrática Unitária, haviam comunicado as suas substituições à presente sessão, tendo convocado os Membros a seguir na ordem das respectivas listas Maria Albertina Fernandes Oliveira e Nelson Duarte Carneiro Fernandes, respectivamente.-----

-----Informou também que o Membro Francisco Caupers de Sousa Alvim, eleito pela Lista da Coligação Eleitoral PPD/PSD.CDS-PP, solicitara, por motivos de ordem pessoal, a suspensão do

seu mandato, pelo período de seis meses, pelo que perguntava ao plenário se aceitava o seu pedido.

-----Não tendo havido qualquer objecção, o pedido de suspensão foi aceite e o Presidente da Assembleia chamou a participar dos trabalhos o Membro Eduardo Manuel Costa Amigo, que convocara em sua substituição.-----

-----Nesta conformidade, passou-se a registar vinte e quatro presenças.-----

-----Informou depois que a relação do expediente recebido desde a última sessão fora enviado a todos os Membros e o mais recente fora distribuído no início da sessão.-----

-----Sobre o mesmo perguntava ao Plenário se desejava algum esclarecimento adicional, mas nenhum Membro diligenciou nesse sentido.-----

-----Dando continuidade aos trabalhos o **Presidente da Assembleia Municipal** informou que conforme era usual e como referia o Regimento, debatendo-se naquele dia o Plano e Orçamento para 2002 e de modo a possibilitar um debate mais alargado visto ser um documento importante para o Concelho, por decisão da Mesa, não haveria “**Período Antes da Ordem do Dia**”.-----

-----Deu assim início ao Período de “Ordem do Dia”, abrindo a discussão do ponto 1 da Ordem de Trabalhos: “**Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2002**”.-----

-----Informou que o documento havia baixado às Comissões “B”, “C” e “D”, que tinham reunido na passada Quarta-feira. Não havendo acta, a posição das diversas Bancadas era remeter o assunto para o Plenário, perguntando de seguida à Câmara se desejava fazer uma intervenção inicial de apresentação do documento.-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Câmara** que disse que no início do mês de Abril tinham informado a Assembleia sobre as razões por que não era possível a apresentação, pela Câmara, das “Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2002” de forma a que a Assembleia os pudesse analisar e aprovar até ao final daquele mesmo mês.-----

-----Informara também que estava assegurado o normal funcionamento da Câmara dada a existência de um Plano e Orçamento em vigor desde 1 de Janeiro, por força de legislação especial que enquadrava aquela matéria para o presente ano, e que a Câmara procedera à aprovação, em 20 de Março, de uma primeira alteração orçamental.-----

-----Explicara os motivos que tinham provocado a demora da apresentação do Plano de Actividades para 2002, entre eles o atraso, por parte das firmas a quem a Câmara adjudicara aquele trabalho, na elaboração do inventário e valorização da parte dos activos municipais.-----

-----A Câmara também aguardara disponibilização por parte da Direcção Geral da Administração Local, das normas básicas a integrar nas normas de controlo interno, e tivera dificuldade na aplicação informática que fora adquirida a uma empresa da especialidade, tudo aquilo originara a que não se pudesse fazer a entrega em devido tempo. -----

-----Como se podia constatar na nota introdutória dos documentos, aquele Plano e Orçamento estava condicionado pelas Opções já tomadas no Plano para o ano de 2001, isto no que dizia respeito às grandes obras, quer também à situação financeira do Município. -----

-----No que se referia aos compromissos já assumidos ao nível dos investimentos, as grandes obras de que este Concelho estava necessitado, e naturalmente quando falava em grandes obras, referia-se às obras da responsabilidade da administração local, a maior parte delas estavam felizmente em curso, e iria apenas fazer referência àquelas que estavam em curso na área da educação. -----

-----A construção da escola do 1º Ciclo de Ensino Básico do Conde 1, a ampliação da escola da Aiana, a construção da nova escola da Cotovia e a construção também de sete salas de Jardim de Infância, isto para poderem afirmar a grande preocupação que a Câmara tinha em relação à educação. -----

-----Quanto à situação financeira, com o empréstimo dos 5.000.000 de Euros, que o Tribunal de Contas já autorizara, a Câmara estava em condições, e não só, de resolver grande parte da dívida dos encargos assumidos e não pagos no que respeitava a Dezembro de 2001, mas também com aquele empréstimo julgava estar em condições de reforçar outros projectos ou mesmo lançar algumas obras que julgava ser importantes para o Concelho.-----

-----Ainda relativamente à situação financeira, conforme já tivera oportunidade de informar, estava a ser feito um grande esforço na contenção da despesa corrente, e podia mais uma vez afirmar que os resultados já obtidos eram bastantes satisfatórios, que lhes permitia pensar e continuar a fazer tudo com o objectivo de estabelecer o défice zero.-----

-----Antes de terminar queria falar sobre a implementação do POCAL. Para ele, e julgava que para todos, era muito importante que os Municípios tivessem a obrigação de fazer orçamentos mais realistas, e podiam fazer uma melhor gestão no Concelho. -----

-----Deu em seguida a palavra ao **Vice-Presidente**, que acrescentou umas pequenas notas nomeadamente sobre o momento de entrada em vigor dos documentos. Naturalmente que tinha um

pouco a ver com o facto de ter havido uma legislação especial para os Planos e Orçamentos de 2002, no entanto o que era certo era que aquele Orçamento deveria ter entrado em vigor no dia 1 de Maio. Uma vez que essa data não fora possível de ser realizada, na presente sessão com a eventual aprovação, que estava em crer que iria acontecer, seria introduzido o novo sistema contabilístico no dia 22 de Julho, que seria no próximo dia útil, contudo era bem possível que não conseguissem fazer essa transposição porque havia que encerrar a contabilidade pelo sistema anterior, encerramento esse que teria de ser feito segundo as normas em vigor, e dar início aos registos a partir dessa data no novo sistema, bem como recuperar todos os registos anteriores para o novo sistema.-----

-----Significava aquilo que demoraria algum tempo a fazer a transição, mas tudo indicava que se iniciaria o novo sistema no dia 1 de Agosto. -----

-----Por outro lado gostaria também de referir que em função daquele momento, e uma vez que o orçamento novo incorporava todos os registos realizados até à sua entrada em vigor, uma peça importante que os membros da Assembleia teriam para poderem aferir inclusivamente a parcela já realizada daquele orçamento, era a Conta de Gerência a 30 de Junho de 2002, que estava na posse de todos, a qual, no ponto de vista da Câmara, reflectia um desempenho razoável para o ano em curso, com os condicionalismos que aquele ano tinha em termos económicos, globais. -----

-----Ainda a respeito do novo sistema, uma referência especial, que aliás estava explícita no documento, que eram duas peças essenciais do novo sistema: o balanço inicial e as normas de controlo interno, cuja aprovação formal ainda não tinha sido feita, como aliás sucedia em grande parte das câmaras, mas que seria sempre oportuno fazê-las e teria que ser feito até ao final do ano, antes do encerramento do ano e da Conta de Gerência, portanto nessa altura seria possível apresentá-las à Assembleia Municipal.-----

-----Usou seguidamente da palavra o **Técnico Aníbal Sardinha** que disse que na reunião com as Comissões, tinha ficado combinado que faria uma breve resenha sobre os documentos que estavam em discussão.-----

----- Como os Membros sabiam decorria do POCAL os documentos provisionais a adoptar por todas as autarquias, que eram as Grandes Opções do Plano e o Orçamento. Nas Grandes Opções do Plano estavam definidas as linhas do desenvolvimento estratégico da autarquia e tinham que incluir forçosamente o plano plurianual de investimento e as acções mais relevantes da gestão autárquica.

-----A Câmara tinha enviado juntamente com esses documentos uns mapas de equivalências relativamente às rubricas que haviam sido alteradas relativamente ao sistema antigo que era regido como todos sabiam pelo Decreto-Lei 341/83.-----

-----Apesar de já há uns anos se utilizar uma espécie de planeamento plurianual, naquele momento era de facto obrigatório e tinham que ter um horizonte móvel de quatro anos, embora não fosse Bíblia nenhuma, ou seja, não eram imutáveis. -----

-----A ideia do legislador de quatro anos tinha sido de coincidir com os mandatos dos órgãos autárquicos, que ao fim e ao cabo era constituir os elementos macro-económicos que seriam seguidos pela autarquia. -----

-----O PPI era o documento que de certa forma poderia ser equivalente, mas não na sua totalidade, ao antigo Plano de Actividades. No PPI só constavam os investimentos, e o Plano de Actividades, além de ter os investimentos também continha as transferências de capital e os activos financeiros. -----

-----Portanto apesar de estarem lá as tabelas, verificavam de certa maneira que o volume total do investimento era sempre inferior ao que constava no anterior Plano de Actividades.-----

-----Uma das questões muito importante era que o PPI brevemente iria sofrer a primeira alteração, porque tendo valores relativamente a anos subsequentes, esses valores estavam sempre condicionados por diversos factores, como era o caso do empréstimo de saneamento financeiro, que forçosamente teria de ser incluído na futura alteração. -----

-----Se viesse a ser assinado algum contrato programa que a Câmara estava a desenvolver, ou o empréstimo que viria do INH, também seriam introduzidos, o que significava que era um valor meramente indicativo, que aparecia no ano 2003.-----

-----Portanto aquele PPI de facto tinha que jogar anualmente com o orçamento, e esse ao ano a que dizia respeito, os outros que viessem a seguir eram meramente indicativos e de facto definiam de certa maneira a conjuntura e as linhas que a Câmara queria seguir durante o mandato. -----

-----O orçamento era anual, e de facto coincidia com o ano civil, portanto daí que o Vice-Presidente tivesse dito, e muito bem, que a Câmara tinha que introduzir naquele orçamento toda a parte orçamental que já tinha sido feita até 31 de Julho.-----

-----Nesta fase, embora houvessem diferenças, o que de facto se sentiria muito, seria depois na execução e na apresentação das contas, porque com a introdução do POCAL e a contabilidade

patrimonial era exigido outro rigor e outra transparência. -----

-----O POCAL também tivera o objectivo de evitar a sobre-avaliação das receitas, que como era sabido era um método normal, não só na Câmara de Sesimbra como de todas as Câmaras, porque para indicar aquilo que se pretendia fazer, começava-se por ver aquilo que se podia gastar e depois tinha-se que arranjar a cobertura orçamental. De facto tinha sido feito muitas vezes para se conseguir junto do governo central cobertura para determinadas verbas, aliás como naquele momento acontecia relativamente a alguns projectos. -----

-----As regras que o POCAL impunha, eram regras de dois tipos, que eram basicamente, a média aritmética simples dos últimos vinte e quatro meses, e também o método chamado de avaliação directa, ou seja, se a Câmara naquele ano deliberasse ou resolvesse criar uma taxa nova ou uma tarifa nova, se entendesse que ia aumentar a água ou a recolha do lixo, significava que após a aprovação pela Câmara, esta tinha toda a legitimidade para integrar a nova receita no futuro orçamento. -----

-----Portanto aquela regra rígida de irem ver os últimos vinte e quatro meses, não era levada a 100%, se fosse assinado um contrato, se fosse aprovada uma candidatura ao FEDER, se houvesse um protocolo, enfim, uma série de instrumentos de financiamento devidamente assinados, automaticamente entrariam como receita do orçamento. -----

-----Relativamente à classificação funcional, também ali havia uma diferença, embora as áreas de intervenção fossem as mesmas tinha sido mudada a nomenclatura. -----

-----Aquelas eram talvez as diferenças básicas e pensava que com os mapas auxiliares que tinham sido fornecidos, os Membros estavam aptos a acompanhar os documentos. -----

-----Usou de seguida da palavra o **Vice-Presidente** que disse que não obstante a Assembleia pretender uma eventual acção de formação sobre o POCAL, que era uma questão que se podia equacionar, ele julgava que as explicações do Dr. Sardinha ajudavam a enquadrar a questão em termos genéricos. -----

-----Seguidamente quis referir a importância de um documento que entretanto também juntara e que julgara ser útil, que era o estudo financeiro e o plano de saneamento financiamento que tinha sido elaborado pela Câmara a pedido do Tribunal de Contas, como instrumento de análise para a aprovação do pedido de empréstimo que tinham feito. -----

-----Pensava que era uma peça importante, naturalmente que estava com um horizonte até 2014 e

poderia a partir de determinado momento haver algum desvirtuamento nas previsões que estavam a ser feitas, mas era um estudo que até hoje lhe parecia não haver ainda na Câmara de Sesimbra e com base nele, o Tribunal de Contas muito rapidamente aceitara a proposta da Câmara e visara o pedido de empréstimo.-----

-----Sobre empréstimo de saneamento financeiro dos cinco milhões, o Presidente da Câmara já tinha dado as explicações que havia a dar, mas julgava que era importante referir que o empréstimo tinha a ver com o facto de não só a situação financeira assim o exigir, mas também como condição essencial para se restabelecer a confiança entre a Câmara e os seus fornecedores, empreiteiros com quem trabalhava, etc.-----

-----Isto para dizer que estavam criadas as condições para que isso acontecesse, esperava poder, na primeira reunião do mês de Agosto produzir já a alteração orçamental que permitisse ter o empréstimo à disposição da Câmara. As empresas do Concelho de Sesimbra, nomeadamente aquelas, com quem trabalhava, não haviam chegado, do seu ponto de vista, a pôr em causa esse tipo de relação de confiança que havia com a Câmara, não obstante obviamente preocupações e contactos, mas julgava que efectivamente se tinha conseguido criar um clima, um diálogo, uma atenção especial às situações, no sentido que essa confiança nunca tivesse sido de todo quebrada. --

-----Seguidamente passou a fazer uma explanação dos documentos com a ajuda de projecções. --

-----Quanto à receita corrente havia um comportamento quase idêntico na maior parte dos grupos em que se dividia a receita corrente, impostos directos e indirectos, taxas, multas e outras penalidades e rendimentos de propriedade, transferências correntes, vendas de bens e prestação de serviços correntes e outras receitas correntes.-----

-----A taxa de execução do orçamento da receita em 2001, tinha sido mais ou menos idêntica em todas as categorias de receita, e a proposta orçamental da Câmara para 2002, acrescia ligeiramente face à execução de 2001, tinha apenas mais 3,4 %, no total da receita. -----

-----Em relação ao orçamentado do ano anterior, que eram as realidades que, em bom rigor, devia comparar naquele dia, tinha um decréscimo de cerca de 15%, o que naturalmente também era consequência da baixa realização, entre aspas, porque de facto não era assim tão baixa como isso, mas de facto tinha baixado, baixa essa que se tinha verificado nos últimos meses de 2001 como era sabido. -----

-----Havia ali que introduzir alguma comparação face àquilo que já tinha sido a execução da

receita corrente até 30 de Junho, aquela que estava documentada no pequeno balancete que havia sido entregue aos Membros. Até 30 de Junho tinham executados cerca de 10.000 milhões de euros de receita corrente e a estimativa da Câmara para o ano todo eram cerca de 23,1 milhões.-----

-----Se aplicassem a regra do ano anterior não chegariam àqueles 23 milhões, mas havia indicadores no sentido de que no segundo semestre pudesse haver um reforço da capacidade de arrecadar receita corrente face ao primeiro semestre. -----

-----Relativamente às receitas de capital, onde naturalmente o diferencial entre o orçamento e a execução de 2001, fora mais assinalável e onde o orçamento para 2002 decrescia em relação ao de 2001 cerca de 40%, ou seja, por um lado a introdução do POCAL, que transmitia ao orçamento da receita muito mais rigor, sem dúvida, mas que no seu ponto de vista também podia ter neste momento da transição alguma perversidade, porque naturalmente havia uma rotura muito rápida com as tradições, e o Dr. Sardinha já tinha referido que não eram exclusivas da Câmara de Sesimbra, naturalmente que havia ali da parte do legislador intenção de tornar mais rigorosa a capacidade de planear e a capacidade de definir prioridades, mas nesta fase transitória poderia efectivamente introduzir ali elementos de perturbação, aos quais tentariam naturalmente conseguir fazer face . -----

-----No que dizia respeito às transferências de capital, a maior parte delas estavam claramente asseguradas que seriam realizadas, assim se conseguissem implementar as obras relativamente às quais essas receitas estavam asseguradas. De qualquer das formas podia dizer que estavam naquele grupo de receitas cerca de 1.100.000 euros de transferências do 3º quadro comunitário e do Plano Operacional de Energia, que tinha a ver com a obra de tele-gestão da rede de águas. Estavam ali cerca de 2.000.000 de euros de contratos de programa já assinados, Biblioteca, Instalação de Semáforos, o próprio Pocal, o Pavilhão da Quinta do Conde, fogos florestais, saneamento da Quinta do Conde, etc. -----

-----Depois tinha outra parcela importante de receitas de capital que eram os empréstimos. -- A Câmara tinha dois empréstimos de longo prazo à sua disposição, no ano anterior tinha orçamentado no recurso a empréstimos cerca de 4.500.000 de euros, apenas pudera utilizar 1.000.000, naquele ano a Câmara tinha ainda para utilizar cerca de 3.500.000, 4.000.000. Já tinha utilizado até ao momento 1.100.000, as obras estavam em curso e portanto até ao fim do ano seria possível utilizar mais cerca de 3.000.000. -----

-----Portanto não se excluía, de forma alguma, atingir-se uma boa execução ao nível do orçamento de receita de capital.-----

-----Naturalmente que também pensava que era importante uma pequena referência para o seguinte: Não obstante os critérios rígidos de avaliação das receitas que já tinham sido referidos, naquele sistema, a Câmara de Sesimbra tinha optado claramente, até associando à sua opção pelo défice zero, por considerar os critérios do POCAL sagrados, quando era conhecido, porque tinham conhecimento e tinham diálogo com outras câmaras que não o conseguiram fazer, a Câmara de Sesimbra tinha conseguido limitar o orçamento de receita ao “plafond” máximo que o POCAL introduzira, tinha sido um esforço grande e também um dos factores que ocasionara algum atraso. A Câmara entendera que era possível transformar aquele ano num ano importante nalguma mudança da forma de gerir.-----

-----O gráfico que se referia à despesa corrente, tinha também um perfil relativamente homogéneo nos vários grupos da despesa, a despesa corrente numa Câmara, e da Câmara de Sesimbra como era conhecido por todos, era uma variável muito rígida, a despesa corrente era muito pouco elástica, como se dizia em termos técnicos, e portanto haviam grandes limitações, contudo era claro e era objectivo, a Câmara fazer um esforço grande de contenção, que já estava em curso desde o início do ano.-----

-----Conseguira-se esse esforço de contenção, e tinha a despesa corrente, face ao orçamento de 2001, a crescer cerca de 5,5 %. Com uma evolução relativamente estável da dívida de curto prazo até ao final de Junho de 2002, a despesa corrente apenas tinha crescido 1,2 % , com uma dívida relativamente estável, ou seja, não tinha deixado de pagar muito dessa despesa que fora efectuada, e portanto aquilo que tinha de reflectir na conta de gerência que era o pago, queria dizer que o movimento de despesa corrente daquele ano estava dentro de parâmetros muito bons, abaixo, bastante abaixo, dos próprios níveis de inflação, significando um esforço de contenção grande que se estava a fazer.-----

-----Pretendia, não obstante o que isso significava nalguns sectores, que grande parte desse esforço de contenção fosse absorvido pela máquina camarária e que passasse a ser uma realidade para o futuro, de forma a se conseguir realizar poupanças ao nível de gastos correntes como consequência daquele momento de crise que se atravessara.-----

-----Quanto às despesas com pessoal, cuja proposta orçamental tinha sido remetida à Comissão

Sindical para parecer, que entretanto não tinha chegado a ser dado, o que significava que provavelmente teria merecido o acordo da Comissão Sindical, as despesas com pessoal que a Câmara orçamentara fora propositadamente, porque não gostava de correr o mínimo de risco naquela área e podia sempre haver necessidade dum conjunto de trabalhadores de determinado sector ter que dar resposta a determinado acto inesperado, e portanto podia haver necessidade de gastos extraordinários com pessoal e a esses a Câmara não queria ficar a dever, portanto o orçamento de pessoal fora feito com um crescimento de 7,3 % para 2002. -----

-----Não obstante terem orçamentado pessoal com 7,3 % a execução até Junho, onde já era visível a baixa real absoluta, em termos absolutos do valor do trabalho extraordinário, portanto até Junho, as despesas com pessoal apenas haviam crescido 6,7 % , ou seja, era previsível que até ao fim do ano conseguissem não ter necessidade de consumir todo o orçamento de pessoal que tinha sido realizado. -----

-----Fechando a parte da receita e da despesa nomeadamente corrente, queria dizer que continuava a poder orçar com um saldo corrente positivo. Já tinha sido de quase um milhão de contos, naquele momento era de 1.900.000 euros, mas era sempre um indicador de alguma saúde financeira, e aquilo não era afirmado só por eles, era afirmado por muita gente, que era pouca mas que em termos orçamentais era possível. -----

-----Mostrando o gráfico seguinte e último, tentou dar uma ideia daquilo que era comparável ao nível da área das Grandes Opções do Plano e do antigo Plano de Actividades, que continha não só os investimentos e continuava a conter, havia uma equiparação ao nível metodológico dos dois documentos, Plano de Actividades até àquele momento, Grandes Opções do Plano a partir daquele momento. -----

-----Portanto continuava a poder conter aquilo a que chamavam agora as actividades mais relevantes, ou seja, aquilo que não sendo investimento Municipal, eram consideradas actividades de forte componente de despesa, por modo a que fosse quase um investimento, embora se tratasse em termos técnicos duma despesa corrente, por exemplo, actividades que de facto tinham um peso importante na estrutura municipal.-----

-----Em termos daquele Plano de Actividades ou das Grandes Opções do Plano, ou do PPI, como lhe quisessem chamar, o decréscimo nas actividades meio que tinha a ver com investimentos dentro da máquina camarária inseria-se na tal contenção, no tal esforço grande de contenção que se estava

a fazer, naturalmente que nalguns aspectos tratando-se de investimentos, tratava-se mesmo de investimentos, isso sempre tinha sido para eles orgulho, poderem estar a reequipar, poderem estar a reorganizar, a melhorar as condições de trabalho das pessoas, as tecnologias que as pessoas tinham ao seu alcance para produzir mais e melhor. -----

-----Infelizmente naquela fase de menor disponibilidade aqueles sectores eram os mais afectados porque a contenção começava lá dentro, não se podia comprar mobiliário novo, não se podia comprar um novo ar condicionado, embora soubesse serem coisas necessárias, úteis e importantes, para a segurança e para a produtividade das pessoas, mas infelizmente havia que racionalizar e tinham que começar por aí. -----

-----Em termos de investimento, o investimento pago em 2001 tinha sido 10,6 milhões de euros, executaram 16 milhões, e em 2002 estavam com um valor intermédio na previsão inicial de 13,7 milhões de euros, sendo que ainda tinham 1 milhão de euros previsto para investimento, mas a definir, portanto não tinha contrapartida para já imediata do lado da receita, tinha a ver com duas hipóteses fortes de obtenção de financiamentos, uma para a Casa do Bispo, através do programa operacional da Cultura, outra para a construção dos fogos do Matadouro e da Charneca através do INH. -----

-----Queria rapidamente dizer para terminar, que o tal objectivo do défice zero seria bem possível, se não fosse zero esperava que fosse um valor muito próximo dessa meta, contudo se fosse um valor na ordem dos 2.000.000, 2.500.000 de euros, era um valor perfeitamente normal face ao movimento financeiro que concerteza teriam, de qualquer das forma tinham esse objectivo, contudo com a injeção, entre aspas, dos 5.000.000 de euros do empréstimo, já tinham pensado quais eram as áreas a reafectar em termos de despesa. Como era sabido toda a dívida estava já naquele momento orçamentada em termos de despesa, mas não tinham ainda o tal empréstimo para a pagar, quando esse empréstimo pudesse ser injectado, também naturalmente o mesmo valor se libertaria para acorrer a outra obras que estivessem em curso, e já tinham definido as áreas prioritárias, o saneamento da Freguesia do Castelo, a continuação da infraestruturação da Lagoa de Albufeira e da Quinta do Conde, as questões da Habitação Social, a Carta de Equipamentos Sociais, o Parque Escolar, o Planeamento Urbanístico, a realização de Planos de Pormenor, etc. -----

-----Consolidada a situação financeira da Autarquia, haveria contudo que se ir percebendo como é que se iria funcionar no futuro, na reunião das comissões o Membro Marques Antunes perguntara,

como é que a Câmara iria conseguir fazer mais obras sem recorrer a novo empréstimo.-----

-----Haveria que pensar em novas fontes de receita, pensava propor à Câmara muito brevemente, numa das próximas reuniões, o já celebre aumento do tarifário da água, teria que ser mesmo implementado um novo tarifário de utilização de Etar`s, já tinham duas Etar`s a funcionar e isso tinha custos, e era possível repartir esses custos com os utilizadores, mas haveria de facto que se ir criando poupanças correntes, iam implementar finalmente a reestruturação e pensavam que ela pudesse ter consequências claras ao nível da melhoria da produtividade e mesmo da poupança em determinados aspectos operacionais. -----

-----Tinha o sistema de Gestão de Informação Autárquica que também já funcionava e que também ajudava a racionalizar e tinha concerteza a possibilidade de ir recorrendo a fontes de financiamento, fosse com participações do próprio Estado, do próprio quadro comunitário que ainda vigoraria até 2006 pelo menos, e poder-se-ia obviamente ir avaliando a par e passo quer a capacidade legal, quer sobretudo a capacidade financeira que a Câmara teria para obter novos empréstimos de longo prazo, cuja principal consequência, ao nível da gestão, era transformar a potencial dívida de curto prazo, numa dívida consistente e clara e sabida a longo prazo, assim houvesse suporte e bases sólidas do ponto de vista financeiro e de funcionamento para se conseguir isso. A Câmara tinha confiança. Aquele era o orçamento possível, realista, que apresentava à Assembleia.-----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** informou que estava aberta a discussão e que naquele momento não estava ainda ninguém inscrito. -----

-----Pedi a palavra o **Membro Ricardo Simplicio**, que disse que depois de ouvir aquela exposição por parte do Presidente da Câmara e Vice-Presidente, a sua bancada esperava sinceramente que a Câmara tivesse razão, esperava que aquele orçamento fosse um instrumento de resolução para a Câmara Municipal, que a pusesse no bom caminho, acontecia que ao PSD aquele orçamento parecia irrealista, quer quanto à previsão que fazia das receitas quer quanto à previsão que fazia das despesas. Nem tudo se podia explicar com os condicionamentos do POCAL e com as restrições que este impunha. -----

-----Por exemplo, não lhe parecia de todo possível que em 2002 se arrecadasse mais 23 % da receita em relação ao arrecadado em 2001, tal como estava previsto naquele orçamento, parecia-lhe que as despesas correntes estavam sub-avaliadas, a própria Câmara reconhecia a dificuldade em

mexer com aquelas despesas, dizia que tinha feito algum esforço no que dizia respeito à contenção daquela despesa, mas parecia-lhes de todo impossível que esse esforço fosse recompensado e duvidava até que estivesse a ser feito tudo o necessário para que esse desiderato fosse conseguido.

-----O PSD acreditava que aquele orçamento, infelizmente, iria ter uma taxa de execução muito baixa, senão a mesma de 2001, e que o desagradava efectivamente, que os erros cometidos no passado mesmo com os condicionantes do POCAL, se continuassem a repetir, erros esses confessados, tinha sido feita uma mea culpa, a assunção que efectivamente a gestão e a situação da Câmara não era famosa, e na opinião do PSD, continuava-se a incorrer na mesma situação de erros .

-----Já se tinha contraído um empréstimo a longo prazo, aliás, estava prestes a ser concluído o processo de contracção desse empréstimo, e naquele dia, mais uma vez, fora admitida a contracção de um segundo empréstimo de médio a longo prazo, aquele primeiro empréstimo, por aquilo que lhes tinha sido relatado na reunião da Comissão, iria servir para que se pudesse efectivamente pagar aos fornecedores da Câmara, numa dívida que tinha atingido valores inadmissíveis, que havia mobilizado grande parte das energias da Câmara Municipal na sua resolução, que era um problema gravíssimo. Podia-se dizer que a relação nunca fora prejudicada a um ponto que as obras tivessem que parar, mas sabia-se que as obras tinham andado devagar, devagarinho, como se costumava dizer, e o que era certo era que mesmo com esse empréstimo de 1.000.000 de contos que ia ser contratado, sobravam sempre 700.000 contos de dívida a esses mesmos credores. -----

-----Permitindo aquele empréstimo, como dizia a Câmara Municipal, assegurar o pagamento do valor da dívida e continuar a assegurar o prosseguimento das obras em curso, duvidava efectivamente que se conseguisse pagar o montante para o que o empréstimo havia sido contratado, e iriam continuar os problemas das pessoas que em muitos casos dependiam da Câmara e que estavam em situação difícil. Aquele orçamento efectivamente não servia e padecia de muitos erros do passado. -----

-----Seguidamente usou da palavra o **Membro Odete Graça** que disse que gostaria de sublinhar a reunião das Comissões com o Sr. Vice-Presidente e com o Dr. Sardinha, na passada quarta-feira, uma vez que tinha sido proveitosa e útil, e permitira que a maioria dos Membros da Assembleia pudessem, duma forma directa, colocar algumas questões e também de forma directa ouvir algumas explicações relativamente àquele documento. -----

-----Já se estava a 19 de Julho e quase perante um facto consumado, ou seja, quase que diria que

a não aprovação pela Assembleia dos documentos, colocaria a Câmara numa posição bastante complicada no ponto de vista da gestão do Município e a Assembleia Municipal numa culpabilização, de estancar o desenvolvimento e o funcionamento normal.-----

-----Pensava, e ainda acreditava, que os órgãos autárquicos conseguissem não estar a falar de um orçamento que já estava vivido e que já estava a ser executado, mas eventualmente de um orçamento que viesse a ser definido. -----

-----Uma percentagem da população do Concelho de Sesimbra desconhecia que a ausência daqueles documentos podia inviabilizar, devia inviabilizar nalguns aspectos, a exequibilidade do próprio trabalho do Município. -----

-----Acreditava que um dia todos eles se envolvessem num orçamento participativo, ou seja, estavam num primeiro ano e porventura seria duro saber numa forma directa das populações o que mais as preocupava, quais eram as opções da Câmara, quais eram as condições da Câmara, quais eram as suas limitações, quais eram as suas responsabilidades mas julgava que um dia estariam em condições de ajudar a construir um orçamento participativo. Esta parecia-lhe ser uma questão muito importante.-----

-----A aprovação dos documentos em Julho prejudicava o trabalho dos Vereadores, dos seus projectos e do próprio projecto da Câmara, havia uma quebra do ponto de vista de “timing” num trabalho de quatro anos, que naturalmente iria prejudicar o trabalho de alguns Vereadores, e naturalmente a Câmara em si .-----

-----A CDU tinha uma posição de contribuição positiva, e por isso, em termos de Assembleia quase que diria que estava num desnível, ou seja impossibilitada de prestar algum contributo positivo ao plano.-----

-----Era óbvio que não podia deixar de sublinhar que outras câmaras também tiveram que se organizar dentro dos mesmos parâmetros, quer em termos do sistema informático, quer em termos das próprias adaptações ao euro, quer em termos da recomposição dos órgãos, como aliás era dito na introdução, e portanto quase que diria em nota de rodapé, o seguinte: Ou o Partido Socialista não estava à espera de ganhar ou então ficara de tal maneira contente que não conseguira fazer um plano a tempo e horas. -----

-----Não se tratava ali de culpabilizar ninguém do ponto de vista técnico, e queria de facto salientar que reforçava a confiança que tinha nos técnicos do município e por isso lamentava que

estivesse com tanta informação a explicar o não funcionamento e as razões do não funcionamento, como tinha sido o caso de algumas desculpas que tinham sido ali dadas. Era obvio, que nem a Câmara de Sesimbra era menos capaz que as outras, nem os técnicos do Município eram menos capazes que os outros, havia portanto ali uma questão que a sua Bancada gostaria de salientar.-----

-----O outro ponto dizia respeito ao seguinte: O Vereador Manuel José Pereira tinha feito de facto um enunciado de alguns aspectos que constavam nas Grandes Opções do Plano, e portanto de alguma maneira a sua ligação ao PPI, mas aquilo que lhes parecera dever ser aquele Plano, era de facto o enunciado duma estratégia de desenvolvimento, ou seja, quais eram de facto os objectivos e as Grandes Opções que tinham em termos de mandato, porque de facto estavam a pensar em quatro anos. -----

-----O Presidente da Câmara tinha falado em obras que estavam a ser desenvolvidas, mas naturalmente quando se arranjava uma estrada, automaticamente sujava-se o passeio, e quando a estrada e o passeio estavam prontos, obviamente perguntavam logo onde estava a árvore, era uma sequência lógica do bem estar, e ela perguntava que objectivos tinham eles em termos duma estratégia de desenvolvimento para o Concelho, quais as prioridades que tinham para o Concelho, onde estavam as prioridades? Não estavam ali. Havia ali efectivamente uma listagem de acções, de acordo aliás, com a nomenclatura do próprio Plano. -----

-----Portanto, à CDU parecia importante visualizar no horizonte o futuro de Sesimbra. -----

-----O documento que havia sido entregue sobre a situação financeira da autarquia, era efectivamente um documento de orientação, mas se ele fosse mais do que isso, isso preocupava a sua Bancada na medida em que ele podia ser um estrangulamento até 2014, e então perguntava o que é que a Assembleia Municipal e a Câmara estavam ali a fazer se efectivamente existia uma previsão, uma dotação, e um encaminhamento do investimento, então como é que os órgãos se posicionariam no futuro. -----

-----A questão dos recursos humanos preocupava todos os Membros e estava-se a assistir à Lei de Bases da Segurança Social, e aquilo que traria de alteração substancial aos recursos humanos e às condições dos trabalhadores. Hoje fora aprovado genericamente na Assembleia da República a Lei do Enquadramento Financeiro o que poderia provocar estrangulamento aos Municípios. ----

-----A Lei de Enquadramento Financeiro seria tanto mais gravosa quanto mais eram feitas referências a obras da responsabilidade da Administração Central. Cada vez mais os municípios,

porque nada lhes era indiferente, deitavam a mão a tudo o que lhes aparecia no município, e portanto muitas vezes resolviam coisas que não eram da sua responsabilidade, julgava que aquela responsabilização da Administração Central era importante e por isso mesmo terminaria colocando uma questão que pensava já ter sido respondida na Comissão, mas que de uma forma geral pensava que era importante fazê-la ali. -----

-----Qual era efectivamente o ponto da situação deste conjunto de preocupações, de projectos, de intenções, de reivindicações, que eram ali colocadas, e que infelizmente não eram daquele ano nem do mandato anterior, e quase que diria, já vinham de longe.-----

-----Usou seguidamente da palavra o **Membro António Jorge Pinto Alves**, que disse que sendo um orçamento que tinha sido preparado segundo as regras do Pocal, interessava referir, mais uma vez, que dificilmente poderia ser comparado com orçamentos de anos anteriores, pois a regra rígida imposta pelo Pocal de cálculo das rubricas de despesas e receitas, através de uma média aritmética simples dos últimos vinte e quatro meses de realizações, dificultava tal propósito, transformando aquele instrumento, em sua opinião, num instrumento mais técnico do que propriamente num instrumento político, como em anos anteriores tinha acontecido.-----

-----Relativamente aos macro números apresentados naquele orçamento gostaria de salientar o seguinte: -----

-----Aquele orçamento previa um valor de cerca de treze mil e oitocentos milhões de euros de receitas correntes, contra um valor de quinze milhões e setecentos e cinquenta mil euros aproximadamente de despesas de capital, na opinião deles aquele facto só por si, revelava que a Câmara Municipal, estando preocupada com o desenvolvimento das actividades camarárias e com o concelho, desviava, no bom sentido da palavra, uma parte das receitas correntes para financiamento das actividades camarárias, para aquisição de equipamentos de bens e serviços, que no futuro iriam gerar mais receitas para a autarquia e melhorar as condições de vida de todos os munícipes.-----

-----Relativamente ao investimento, pesasse embora o valor orçado fosse inferior à realização do ano anterior em cerca de 30%, tinha a certeza que seria muito superior este ano, pois a Câmara Municipal, em sua opinião, não quisera arriscar determinadas receitas, ao contrário do que a Bancada do PSD tinha referido, determinadas receitas que ele tinha a certeza que a Câmara Municipal ainda este ano ia realizar.-----

-----Gostava também de aproveitar a oportunidade para felicitar todos os funcionários e técnicos

camarários, nomeadamente os que tinham participado e estavam a participar na implementação do novo sistema contabilístico, e que participaram na migração para uma nova divisa monetária. Conhecia perfeitamente o esforço que era necessário para a realização daquele tipo de mudanças, pesasse embora, sabermos que no início de qualquer projecto existia a necessidade de limar algumas arestas, tinha a certeza que o trabalho de técnicos e funcionários camarários, partia de dois grandes princípios, honestidade e competência e ninguém devia pôr em causa esses dois grandes princípios. -

-----Tomou o uso da palavra o **Membro Carlos Afonso**, que disse que sobre aquela matéria gostaria de abordar nomeadamente três questões que, independentemente de todas as outras também de grande validade e de grande interesse, tinham elevado índice de preocupação. -----

-----Primeiro, o plano de saneamento que a Assembleia Municipal tinha naquele momento pela primeira vez a oportunidade de analisar, de ver e de discutir. -----

-----A segunda questão dizia respeito à situação financeira da Câmara, e a terceira questão era o contrato firmado com o Banco sobre a questão do empréstimo de um milhão de contos, era óbvio que naquele momento já era tarde falar nisso mas era uma questão que os preocupava . -----

-----Para começar queria dizer ao Presidente da Câmara que a sua Bancada lamentava que o Pocal só tivesse entrado em vigor naquele ano, gostaria que uma iniciativa daquelas, de cariz governamental, tivesse entrado há quatro ou há cinco anos, ou seja, não estariam, em Julho, a discutir as Grandes Opções e o Orçamento, com sete meses já galgados, não estariam naquele dia a discutir ou a analisar o empréstimo de mais um milhão de contos de cariz financeira, nem o Presidente da Câmara teria gasto aquilo que tinha e aquilo que não tinha, nomeadamente no ano anterior, e portanto aquele Pocal tinha começado tarde, mas ainda bem que tinha chegado. -----

-----Relativamente ao Plano de Saneamento, no ponto de vista da CDU, merecia alguma preocupação: -----

-----Vinculava até ao ano 2014, uma série de itens em termos de aumentos, para tarifas, para taxas, para tabelas, etc., e algumas dessas matérias tinham que vir forçosamente à Assembleia Municipal para serem discutidas e aprovadas, portanto não era só da inteira responsabilidade do executivo camarário. A Câmara não poderia dar ao Tribunal de Contas, ou mesmo à Banca, garantias financeiras em termos de aumentos anuais até ao ano 2014, de questões que não dependiam exclusivamente dela, ou seja, iriam ficar ali, amarrados entre aspas, até 2014, a que todos os anos, ou de dois em dois anos, como a Câmara entendesse, a água viesse a ser aumentada

no Concelho na base duma percentagem que naquele momento já estava escrita, mais um por cento, menos um por cento, e que a derrama já estava estipulada até ao ano 2014, em termos da percentagem, mais um por cento, menos meio por cento. -----

-----E quem dizia aquilo, dizia por exemplo, loteamentos, o Presidente da Câmara tinha referido, que estava previsto 44% de aumento anual, em termos de receitas a arrecadar em loteamentos, a partir do ano 2003, que era dado como garantia ao Tribunal de Contas e ao Banco para o financiamento, não seria concretamente para aquele financiamento, mas em termos de saúde financeira do Município, o que o levava a perguntar, se não poderia ser 40%, 41%, e se haveriam tantos terrenos para lotear no Concelho de Sesimbra?. -----

-----Seria esta a qualidade de vida que o Concelho precisava?. -----

-----O Presidente da Câmara referia na nota introdutória, que o turismo era o futuro nº 1 do Concelho de Sesimbra, independentemente de tudo o que gravitava à sua volta, porque se sabia o que se estava a passar a nível das pescas apesar de ser um óptimo cartão de visita, porque os turistas que vinham a Sesimbra e os passantes, todos gostavam de tirar fotografias aos barcos ali encostados. Mais uma dezena de anos e aquilo acabava, excluindo a situação da pesca local ou costeira. Portanto no estudo de saneamento financeiro eram apresentadas uma série de questões que, do ponto de vista da CDU eram preocupantes. -----

-----Também era preocupante, em termos de esvaziamento de debate político na Assembleia, porque se sabia que até 2014 lá vinha o aumento da água já estipulado em termos do Tribunal de Contas, então não valia a pena estar ali a discutir, porque aquela verba estava praticamente condicionada e garantida, e era dada como objectivo primordial da Câmara para todos os anos. -----

-----Era agendada a discussão do lançamento da derrama, e o que é que iriam discutir, se já estava ali garantida, e depois seguiam-se uma série de itens que esvaziavam também o que estavam a discutir hoje, que eram as Grandes Opções do Plano e o Orçamento final. -----

-----A CDU não abdicava da discussão política, mas de facto com aquela proposta, estavam a tentar esvaziar responsabilidades a um órgão que tinha o pleno direito e dever de discutir. -----

-----Depois gostava de chamar a atenção para uma questão, que não diria de inconstitucional, mas que provocaria algumas leituras, que era o ponto nº 2 do contrato com o banco, que era a cláusula 13ª “Garantias”, onde a Câmara garantia à Banca as dotações a receber do Estado em fundo geral municipal e do fundo de base municipal: -----

-----Ponto 2: -----

-----“*Para os efeitos do número anterior, a Autarquia obriga-se a aprovar e a fazer aprovar, bem como obter todas as deliberações e autorizações e consentimentos, que se tornem necessários à boa efectivação da consignação das receitas referidas do nº anterior*”, aquilo era um tanto ou quanto complicado.-----

-----A Câmara de Sesimbra estava numa situação que era a seguinte: Ia amortizar uma dívida de doze milhões de euros em 2002, no valor de setecentos e setenta e quatro mil euros e ia pagar de juros seiscentos e três mil, para o ano de 2003, que era o que estava escrito no documento, já com o dito empréstimo de um milhão de contos para a questão financeira. Ia passar a amortizar um milhão de euros, pagando setecentos e dezanove mil euros de juros, para uma dívida de vinte milhões de euros.-----

-----Deixava aquelas questões em cima da mesa porque eram questões que preocupavam a sua Bancada, preocupava-os naquele momento como eleitos, mais tarde como munícipes simples daquele concelho.-----

-----Seguidamente usou da palavra **o Membro Eduardo Amigo** que disse que após a leitura da nota introdutória do documento Grandes Opções do Plano, haviam-se-lhe suscitado uma série de questões e uma série de comentários que iria passar a expor.-----

-----Logo no início do documento era referido que tinha havido uma série de constrangimentos que levaram ao atraso na apresentação daqueles documentos, infelizmente, na opinião do PSD, nem assim foram suficientes para apresentar um documento que fosse rigoroso e que fosse credível.-----

-----Naquele documento falava-se do plano de saneamento financeiro, ora aquele plano de saneamento financeiro tinha origem no estudo da situação financeira do município, e na opinião da Bancada do PSD/PP aquele plano deveria ter dado origem aos números do orçamento plurianual, no entanto eles não coincidiam, além disso, o plano de saneamento financeiro acabava por apresentar nalgumas rubricas números poucos credíveis, e ele chamava a atenção especialmente para a linha dos totais da receita corrente, em que passavam em 2002 de um valor de 23,1 milhões de euros, para uns fantásticos 324 milhões de euros em 2014.-----

-----A seguir a Câmara afirmava o seu propósito de cumprir ou de ter como opção de fundo o défice de zero, a sua Bancada esperava que sim, no entanto era convicção do PSD e esperava estar errado, que a receita corrente estava empolada e a despesa corrente estava deprimida, ou seja estava

demasiado baixa e não lhe parecia que aquele déficit fosse possível avançar, e depois de ouvir as palavras do Vice-Presidente, onde ele considerava que um déficit de dois milhões e meio de euros acabava por ser normal, tinha acabado de ficar com a noção de que afinal aquele déficit de zero não era para cumprir.-----

-----Em relação ainda ao déficit zero, referia que aquela opção do déficit zero condicionava fortemente a capacidade de investimento do município, e por aí fora, perguntava, se essa opção do déficit zero não condicionasse o orçamento, e se naquele orçamento tinham números pouco credíveis, então, se não tivessem aquela opção que tipo de documento é que teriam ali, um orçamento ainda muito menos credível, provavelmente se calhar, um orçamento um bocado na senda do orçamento de 2001, que tivera taxas de execução miseráveis que eram de todos sabidas.--

-----Em relação à contenção dos gastos correntes, dizia-se que o problema de fundo se arrastava desde há muito, e ele perguntava se não tinha sido no mandato anterior que a despesa corrente tinha disparado, pensava que o problema não era assim tão antigo.-----

-----Prosseguiu dizendo que era expressa a preocupação com a reorganização interna e a introdução de novos métodos de trabalho associados às novas tecnologias de informação, era pena só naquele momento, quatro anos depois, haver aquela preocupação, só naquele momento ir arrancar aquele plano, e perguntava à Câmara o que representariam em termos de benefícios na qualidade dos serviços prestados à comunidade, por um lado, e por outro lado que benefícios económicos é que se iriam obter com aquela reorganização interna.-----

-----Um pouco mais à frente, orçamento da receita, falava-se de um valor de crescimento da receita total de 23% , perguntava se a Câmara acreditava mesmo naqueles valores e se seria capaz de lançar as obras necessárias para garantir o aumento da receita de capital que permitisse chegar àqueles valores.-----

-----Dizia também ali que tinham um saldo corrente positivo, esperava que sim, entre despesa corrente e receita corrente, diferença entre receita e despesa, não acreditava que aquilo fosse acontecer e punha ali uma questão, assumindo que aquilo ainda era positivo e esperava que fosse positivo nos próximos anos, o que ia dizer parecia que não tinha muito a ver com aquilo mas acabava por ter, os custos das construções de infra-estruturas relacionadas com os loteamentos que se estavam a fazer e que permitiam atingir uma dada receita, esses custos que iam ter nos anos seguintes estariam quantificados? e em relação à manutenção depois dessas infra-estruturas, estaria

tudo estudado? haveria um planeamento feito em relação a isso? -----

-----Por último e em relação ao investimento, queria dizer que lamentava que a situação criada nos últimos anos não permitisse no ano em curso o lançamento de obras relevantes. -----

-----Tomou a seguir o uso da palavra o **Membro Júlio Joaquim**, que relativamente à apresentação feita pelo Vereador Manuel José Pereira, disse que tinha ficado bem claro que contrariamente ao que tinha sido voz corrente, que o Pocal iria impor uma rigidez nos procedimentos, haviam ficado a saber que afinal o Pocal não era assim tão rígido como isso, era um instrumento que previa também modificações em termos orçamentais, portanto já estavam à vontade e tinham ficado esclarecidos quanto àquela matéria, aquele documento em qualquer momento poderia ser alterado caso os responsáveis assim o entendessem.-----

-----Seguidamente disse que não constava das Grandes Opções do Plano a Revisão do Plano da Quinta do Conde, ou seja, o Plano de Urbanização da Quinta do Conde, como todo a gente sabia tinha deixado de estar em vigor em 1991, e a população da Quinta do Conde continuava à espera. --

-----Gostava de saber o que é que era de facto o Plano de Urbanização da Ribeira do Marchante. A Ribeira do Marchante tinha sido proposta pela Câmara para atribuir lotes aos moradores da Quinta do Conde que tinham ficado com lotes em zona verde, pelo que gostaria de saber concretamente o que era aquele Plano de Urbanização da Ribeira do Marchante e aquele loteamento Municipal da Ribeira do Marchante. -----

-----Depois na questão do saneamento e salubridade, finalmente parecia que se tinha feito luz, e naquele documento mostrava claramente que alguém tinha andado a mentir durante muito tempo à população da Quinta do Conde sobre o que realmente era a Etar da Quinta do Conde, o que é que ela fazia, o que é que devia fazer e não fazia, etc. -----

-----Responsáveis da Câmara Municipal de Sesimbra haviam mandado publicar num jornal diário nacional, um documento com o timbre da Câmara, informando que a Etar da Quinta da Conde estaria a funcionar a 95%, ele tinha tido oportunidade no final do mandato anterior enquanto membro da Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde, de visitar a Etar contra a vontade do Sr. Vereador responsável da Quinta do Conde. -----

-----E quando lá chegaram foram recebidos por um rapazinho que tinha feito o favor de os acompanhar e que lhes tinha mostrado o funcionamento da Etar, ficaram realmente a saber que a única coisa que fazia era a retirada dos resíduos sólidos das águas, e a seguir as águas eram lançadas

sem o tratamento secundário. -----

-----Depois, tudo aquilo lhes foi desmentido, com os bons serviços claro, do Presidente da Junta da Freguesia da Quinta do Conde, e o facto é que agora naquele documento das Grandes Opções do Plano, a Câmara vinha propor para a Etar da Quinta do Conde, de 2003 a 2005, um milhão de euros, duzentos mil contos, então gostava de saber que raio de cataclismo é que tinha acontecido na Etar da Quinta do Conde, a verdade era que enquanto o saneamento básico não fosse correctamente executado alguma coisa se degradava, era o ambiente, era a contaminação do solo e portanto ainda bem que aqueles valores vinham ali, vinham fazer justiça e vinham pôr a verdade em quem tinha andado sempre a dizer que a Etar da Quinta do Conde estava lá mas não fazia nada, as águas eram lançadas no rio tal qual saiam das fossas. -----

-----Esperava bem que não fosse aplicada àquela rubrica, as tais ressalvas de que já se tinha falado dos valores poderem ser alterados. -----

-----Outra questão era a da Protecção Civil, já se falava no quartel dos Bombeiros Voluntários da Quinta do Conde há uns bons dez anos, ainda ele estava com o seu ex companheiro de luta o Sr. Alberto Gameiro, na Junta de Freguesia da Quinta do Conde, já nessa altura tinham falado com os responsáveis dos Bombeiros Voluntários de Sesimbra e apresentado uns cróquis, com vontade de ajudar os Bombeiros da Quinta do Conde no que respeitava à Protecção Civil. Queria dizer sobre aquela questão, que era pena que o Partido Socialista que tinha tido durante seis anos o Governo do País, não tivesse conseguido, no Município de Sesimbra, resolver a questão do Quartel dos Bombeiros Voluntários da Quinta do Conde. -----

-----Usou da palavra o **Membro Germano de Barros** que disse que em primeiro lugar queria saudar a vinda do Pocal, aparentemente ele vinha resolver muitos problemas, esperava que fosse verdade, esperava que ele trouxesse mais rigor, maior transparência nos números apresentados no futuro e que permitisse um melhor funcionamento da Câmara, e pensava que tinha sido com esse objectivo que o Pocal tinha sido criado.-----

-----O seu colega de Bancada já tinha falado da Quinta do Conde, mas ele ia falar mais um bocadinho, pois a Quinta do Conde tocava-lhe muito a ele e a muitos ali presentes. Ao olhar para o Orçamento de 2002 a nível da receita deparara com um número estranho, e pensava que era um lapso, se não fosse um lapso era grave, via a nível de ramais domiciliários de esgoto, cento e vinte e oito euros, ou seja, mais ou menos vinte e cinco contos, não dava nem para fazer uma ligação, pelo

que parecia que a Câmara não estava a prever nenhuma ligação, esperava que fosse um lapso. -----

-----Esperava obter esclarecimento sobre esta questão e saber quantas ligações já tinham sido feitas até àquele momento e quantas restavam fazer no ano de 2002 até terem todas as casas ligadas.

-----A nível de investimento, tirando o saneamento, estava a ver que o investimento que estava a ser feito na Quinta do Conde era de quatro milhões e oitocentos mil euros, ele achava pouco porque a Quinta do Conde tinha muitas carências, e infelizmente verificava que estavam a investir em projectos já iniciados em 2001, como a Escola do Conde 1, o Pavilhão Gimno Desportivo, o esgoto e a pavimentação de algumas ruas iniciadas em 2001, e o que ele via é que haviam muitos arruamentos, haviam muitos outros investimentos que eram necessários que estavam previstos para 2003/2004, só que estava escrito nas Grandes Opções do Plano, financiamento não definido, o que ele esperava era que esses investimentos, quando fosse altura de discutir o orçamento de 2003, não estivessem em 2004 e quando fosse altura de discutir o Orçamento de 2004 não estivessem em 2005. Por outro lado, achava que ali também deviam falar de investimentos de projectos, e infelizmente estava a ver poucos projectos, porque aparentemente já tinham gasto o dinheiro todo, e o seu lema era, fazer mais e gastar menos, diria mais, fazer muito mais e gastar muito menos. -----

-----Seguidamente usou da palavra o **Membro Albertina Oliveira**, que solicitou à Câmara Municipal algumas informações, nomeadamente no orçamento de receitas e despesas, verificava-se que relativamente às receitas correntes, era previsto um montante de cerca de 4,6 milhões de contos, e receitas de capital na ordem de 2,7 milhões de contos, verificando-se que estava previsto naquele mesmo orçamento cerca de um milhão de contos de despesas de capital, para a Quinta do Conde, gostaria de saber qual o montante previsto de receitas correntes e de capital da Quinta do Conde para o Concelho de Sesimbra em 2002, assim como relativo aos anos de 1998 a 2001. -----

-----Relativo a receitas de capital, na rubrica nove “Transferências de Capital”, gostaria de saber a que zona do Concelho dizia respeito a rubrica, “De Outros Proprietários”, que previa cerca de quatrocentos mil contos.-----

-----Outra questão, “Orçamento para Despesas”, rubrica 605, relativamente ao Projecto Municipal da Lagoa de Albufeira, estando previsto para o ano em curso cerca de duzentos e oitenta mil contos, para a captação, tratamento e distribuição de água, perguntava para quando a ligação à rede de distribuição de água.-----

-----A seguir não era uma questão que colocava à autarquia, mas uma preocupação, verificando-

se naquele orçamento o montante previsto para a educação, um esforço grande deste Concelho, tendo nesse sentido o exemplo nomeadamente da existência do ensino pré escolar da Lagoa de Albufeira, o quanto isso lhes tinha custado, era com alguma preocupação e queria ali manifestar e solicitar à Câmara, a firmeza, de modo a não permitir que as últimas notícias vindas a público do encerramento, de três escolas na Freguesia do Castelo, fosse uma realidade.. -----

-----Relativamente à protecção civil, havia ali um elemento do PSD que estava preocupado com a protecção civil, e ela gostava de deixar ali um alerta em relação aos fogos, era curioso que parte dos postos de vigia naquele momento se encontrassem encerrados por falta de verba do governo central e curiosamente aos bombeiros de Lisboa, com a actual câmara municipal, haviam sido cortadas as verbas e arrastadas, para mais tarde, a entrega das mesmas. -----

-----Seguidamente usou da palavra o **Membro Ricardo Simplício** que referindo-se à posição que a Bancada do PS tinha tomado naquele momento quanto ao governo central, e que era incluída na nota introdutória das Grandes Opções do Plano “(...) *manteremos o grande empenhamento em pressionar todas as instâncias responsáveis por obras essenciais ao concelho, pressionar o governo para que elas se façam(...)*”, ele não queria que se pusesse uma esponja sobre o passado. Nenhum governo tomava medidas impopulares por vontade própria, nenhum governo fazia cortes orçamentais por vontade própria, esse cortes tinham sido feitos graças à situação em que o País fora deixado pelo governo PS, e quando se dizia ali que se ia manter um grande empenhamento em pressionar todas as instâncias responsáveis por obras essenciais para o Concelho, esse empenhamento de certo que tinha sido desde o primeiro ano de mandato daquela Câmara Municipal, e pelos vistos o governo PS não tinha dado ouvidos. -----

-----Usou da palavra o **Membro Albertina Oliveira** que protestou dizendo que só esperava que estas medidas que o governo estava a tomar não fossem uma forma de distração para a tomada de medidas impopulares e a prova estava evidente nas alterações que queriam fazer às questões laborais e outras mais que vinham aparecendo. -----

-----Seguidamente usou da palavra o **Membro António Jorge Pinto Alves** que disse que tinha havido um aspecto que não tinha sido referido que era a incidência dos encargos financeiros com o endividamento da autarquia em termos percentuais das despesas totais previstas para os anos de 2002 a 2014, ou seja, no ano 2002 aqueles encargos previstos com a amortização da dívida e com o pagamento de juros, iam representar cerca de 1,5 % das despesas totais da autarquia, que era um

valor já relativamente médio baixo, mas se fossem ver a evolução que aqueles encargos em termos da despesa total da autarquia tinham ao longo daqueles catorze anos, tinham no ano 2014, para não estar a referir todos os anos da amortização da dívida e do pagamento dos juros, um percentual que chegava aos 0,001%, ou seja, aquele percentual de 1,5 ia baixando ao longo dos anos, por isso ele tinha alguma preocupação em termos de situação financeira da autarquia, mas pensava que não era nada de grave como a bancada da CDU tinha querido fazer transparecer.-----

-----Usou em seguida da palavra o **Membro José Brito Andrade** que perguntou se era possível a Câmara informar a Assembleia sobre o acordo do projecto Urbe.-----

-----Usou da palavra o **Vice-Presidente da Câmara** que disse que sem intenção de querer entrar em polémica sobre aquilo que era a opção do governo e sobre aquilo que eram as opções de cada uma das câmaras do País, ou de cada um dos Departamentos, ele julgava que havia ali uma questão que tinha sido levantada em torno da protecção civil, que importava esclarecer.-----

-----Tinha-lhes sido proposto, no dia anterior, por uma entidade que tinha uma intervenção importante naquela matéria no Concelho de Sesimbra, que era a Associação dos Produtores Florestais da Península de Setúbal, a criação de três equipas móveis de vigilância florestal que já estavam no terreno, uma a cargo dos bombeiros e duas a cargo da Câmara, foi-lhes proposto no dia anterior pela AFLOPS a criação de uma outra, expensas integrais da AFLOPS.-----

-----A Câmara ia protocolar essa situação, porque desde há quatro que a Câmara tinha uma actuação condigna, que de momento estava entregue a outro titular, mas que seguia a mesma linha de pensamento e de rumo. Efectivamente a Câmara de Sesimbra tinha conseguido ter os vigilantes da floresta os doze meses do ano, a maior parte do ano a seu encargo, porque de facto o governo financiava para a época de fogos, que nuns anos eram dois meses, noutros eram dois meses e meio e noutros eram três, mas de facto a Câmara tinha dado esse impulso nessa área e tinha dado apoio acima do esperado, ao equipamento, à funcionalidade, à operacionalidade dos bombeiros de Sesimbra.-----

-----Portanto não havia qualquer dúvida sobre o empenhamento da Câmara de Sesimbra nessa matéria, e não havia qualquer dúvida que na área da segurança das pessoas e dos bens, a Câmara de Sesimbra não pouparia os seus esforços, e aquilo ligava-se a outra questão, que era a questão que o Membro António Jorge há pouco tinha respondido, e quanto a ele muito bem, que a Câmara não tinha feito de propósito para se endividar, a dívida de curto prazo não tinha sido dolosa, a dívida de

curto prazo tinha sido porque a Câmara tinha feito obras e não tinha havido a receita que se esperava que houvesse. -----

-----Era melhor existir dívida a médio e longo prazo, do que terem a curto, e isso era gerir convenientemente e se o plano de saneamento financeiro, que o Membro Carlos Afonso tinha atacado numa forma que parecia que estavam a discutir o plano de saneamento financeiro e não o orçamento para 2002, que não estava sete meses atrasado, estava dois meses e pouco, porque os orçamentos de 2002 entraram em vigor a 1 de Maio em todo o País, portanto não estavam sete meses atrasados, já tinham era uma execução de sete meses, o que era diferente, mas dentro da legalidade e dentro dum orçamento que estava em vigor como tinha estado até ao dia 1 de Maio na maior parte das Câmaras do País. -----

-----Relativamente ao plano de saneamento financeiro a Câmara não tinha deliberado sobre ele, nem a Assembleia, porque não era sua competência, não era esse o objectivo do Tribunal de Contas ao solicitar o plano de saneamento para poderem avaliar melhor, como é que a Câmara iria gerir a manutenção e a possibilidade de ter aquele empréstimo dum milhão de contos. A Câmara elaborara o plano onde referia que estava a pensar em colocar a contribuição autárquica na taxa máxima e manter o lançamento das derramas.-----

----- A Câmara não tinha aumentado o tarifário da água durante quatro anos porque a rede tinha problemas e primeiro tivera que restabelecer a qualidade da prestação do serviço e presentemente já faltava água em poucos sítios, e quando faltava era por quebra de pressão, em horas de ponta e em determinados locais mais elevados, porque a Câmara tinha investido imenso a recuperar toda a qualidade do sistema e por isso criara a dívida que criara, e agora propunha-se pagar em prestações suaves durante catorze anos, para que fosse possível continuar a investir. -----

-----Gostava ainda de tentar responder a algumas questões até porque algumas resultavam de algum menor conhecimento, que era admissível, por parte de algumas pessoas com menos tarimba, entre aspas, naquelas andanças. -----

-----Primeiro, a despesa não estava sub avaliada, mais, se calhar até não iam chegar à despesa que estava orçamentada, e devia ser esse o empenhamento de todos. Estar já a dizer que a despesa estava sub avaliada, era estar a dizer para se gastar mais. -----

-----Segundo, não lhe parecia que tivessem a receita tão sobre avaliada, mas já estava a dar uma margem para um endividamento no final do ano, que se não era zero, era quase, porque era

impossível uma Câmara fechar o ano com dívida zero, estava a deixar uma margem para um valor absolutamente normal, face ao movimento financeiro que uma Câmara tinha. -----

-----Por outro lado, as questões que o Membro Odete Graça colocava naturalmente que eram questões muito importantes, e ela tinha dito de forma clara que não questionava, não punha em causa o empenhamento, a competência das pessoas, e ele também acreditava que não e ele nem se interessara em tentar provar isso, nem lhe parecia que fosse necessário. -----

-----A primeira alteração orçamental que tivera que ser feita para que o plano 2001 fosse reajustado para 2002 tinha sido trabalhosa com a introdução do euro. Como tinha sido dito o problema fora de todas as câmaras mas ele não garantia que todas tivessem os mesmos condicionalismos que a Câmara de Sesimbra. Se já tinham os orçamentos aprovados há mais tempo era porque as suas receitas não estavam de facto dentro dos limites e não tinham as preocupações do tal défice zero como objectivo. -----

-----A Câmara Municipal de Sesimbra quisera cumprir e impor a si própria, a disciplina orçamental que o próprio sistema aconselhava e instituía, e depois delimitara a receita que tinha. Tivera que pôr toda a despesa porque não podia ficar nenhuma de fora, toda a dívida, toda a despesa corrente, que era a tal que não tinha elasticidade como ali tinham dito, e as obras que estavam em curso com os compromissos assumidos para o ano seguinte, em termos da programação das obras, e finalmente haviam-no conseguido. -----

-----A Câmara tinha criado um documento que possibilitava uma consolidação em termos financeiros e permitia que de Janeiro em diante o rumo fosse outro e pudesse olhar a médio prazo, para os projectos, discutir com a Assembleia, discutir com os munícipes, ir às aldeias, etc. -----

-----Pensava que era possível tudo isso, mas de facto, naquele ano havia que arrumar aquela situação, da qual aliás reconhecia e já tinha sido dito na Assembleia quando se tinha discutido o relatório de actividades que arriscara um pouco de mais, mas não tinha sido com más intenções que o haviam feito. -----

-----Ainda voltando à questão do plano de saneamento financeiro, nem o órgão Câmara Municipal estava comprometido, porque foram as opções que o pelouro tomara e que suportava no momento em que o tribunal de contas ia visar um processo, esse visto agora não condicionava nada, porque se o Tribunal de Contas quisesse que condicionasse, estava na lei ou ele dizia que submetesse isso à aprovação da Assembleia Municipal, porque estavam ali decisões que não eram

de despacho, eram decisões ou da Câmara ou da Assembleia Municipal, aliás, aquela Assembleia era naquele momento tão livre quanto era antes daquele estudo, para tomar as decisões que entendesse, estava era condicionada pela situação financeira, mas isso era obvio, quer a Assembleia, quer a Câmara, quer o Governo, estavam condicionados pela situação financeira. -----

-----Do seu ponto de vista tornava a dizer, conseguira trazer à Assembleia Municipal um orçamento que possibilitaria que a situação ficasse estabilizada e que a partir do ano seguinte se relançasse o desenvolvimento.-----

-----O Membro Eduardo Amigo tinha colocado uma questão do plano plurianual não corresponder nos anos subsequentes àquilo que era o plano de saneamento. Ele já tinha dado ideia que aquele plano plurianual ainda não reflectia a perspectiva de planeamento a médio prazo que tendencialmente devia reflectir, e que a partir de 2003 a Câmara garantia que iria ter fortemente essa preocupação, mas também tinha dito que os cinco milhões de euros do empréstimo, ao serem introduzidos, iriam tirar logo cinco milhões de euros à coluna de 2003, e ao tirar cinco milhões à coluna de 2003 e passá-la para 2002, ficava logo um bocadinho mais equilibrado, porque quando estavam a elaborar o documento, tiveram que lá pôr toda a dívida de curto prazo, e depois faltava-lhes para ir concluindo as obras mesmo que estavam em curso, e então encostaram em 2003, e portanto ao injectarem cinco milhões de euros de receita, o investimento de 2003 que ali estava baixava logo em cinco milhões. -----

-----Queria dizer que o saldo corrente nos últimos quatro anos tinha-se conseguido sempre, quer a nível do orçamento, quer a nível da execução, e estava em crer que mais uma vez iriam conseguir, podiam dizer que era com algum artifício, mas felizmente tinham conseguido mais receita corrente do que aquilo que precisavam de gastar em despesa. -----

-----Em relação à Quinta do Conde o Vereador Gameiro iria responder, mas queria dizer ao Membro Germano de Barros que em relação aos 125 euros, esta verba tinha sido a média dos últimos vinte e quatro meses, fora isso que a Câmara tinha recebido de ligações de saneamento, não se podia pôr mais, mas esperava receber mais, esperava que fosse possível fazer as ligações, implementá-las, para isso tinha sido contratado um técnico com esse objectivo, dizia ali publicamente, porque esse técnico iria ser altamente rentável para a Câmara Municipal. -----

-----Queria dizer ainda ao Membro Germano de Barros, que afinal a receita estava a mais, a despesa corrente estava a menos, e ele ainda queria que tivessem feito mais obras na Quinta do

Conde, como é que era possível, mas aceitava que o ajudassem a resolver esse problema.-----

-----Em relação à questão da URBECON, tinha a dizer ao Membro José Brito Andrade, que tinham entregue um estudo base de qualificação, brevemente iriam fazer uma reunião com os comerciantes mas ainda não tinha saído a fase de qualificação dessas propostas, portanto não sabiam se a Câmara estava qualificada ou não, estavam em crer que sim porque haviam cumprido grande parte dos objectivos a que se propunham e que a legislação enquadrava como possíveis, e portanto estavam a aguardar com alguma ansiedade, de qualquer modo pensava que era uma candidatura que só tinha reflexos no terreno a partir de 2004.-----

-----Em seguida usou da palavra o **Vereador Alberto Gameiro**, que disse que pensava que podia ali transmitir alguns esclarecimentos relativamente a algumas situações da Quinta do Conde, e iria começar pelo processo da Revisão do Plano Parcial de Urbanização da Quinta do Conde. Este processo tinha sido entregue no Poder Central há quase dois anos e prestados alguns esclarecimentos que lhes tinham sido solicitados em Fevereiro de 2002.-----

-----Naquele momento aguardavam que da parte da Administração Central fosse dada uma resposta, e esperava que fosse de acordo com a proposta da revisão do plano, para que a mesma fosse colocada em inquérito público.-----

-----Relativamente ao loteamento municipal da Ribeira do Marchante, a Câmara Municipal após ter feito o levantamento da proposta de Revisão do Plano da Quinta do Conde, tinha definido as necessidades em termos de lotes para permutas dos lotes que iriam ficar em zonas verdes e zonas de equipamento, e avançara para o Plano Municipal da Ribeira do Marchante. Neste momento estava em fase terminal de execução, seria depois presente à Câmara Municipal para aprovação e remetido às entidades que tinham por finalidade darem parecer e aprovação. -----

-----Proseguiu dizendo que fora dito que a Câmara Municipal de Sesimbra tinha andado a mentir à população da Quinta do Conde relativamente à questão do funcionamento da Etar. A Câmara Municipal de Sesimbra estava a cumprir com aquilo que tinha sido autorizado pelo Ministério do Ambiente, existia documentação na Câmara onde era solicitado que o Ministério do Ambiente autorizasse o funcionamento da Etar com o tratamento primário, e era isso que neste momento estava a acontecer. Com a autorização do Ministério do Ambiente estavam a proceder à recepção dos efluentes da área da Quinta do Conde, alguns já de Setúbal, através de uma Central Elevatória de esgotos que tinha sido construída pela Câmara de Setúbal, baseada num protocolo que

tinha com a Câmara Municipal de Sesimbra. Tinha sido definido, para os limpa fossas, um local para deposição, afastado das várias habitações, para despejo desses mesmos resíduos, e há algum tempo a esta parte que estavam a fazer o transporte das lamas, que eram retiradas após o tratamento primário, para o aterro da Amarsul em Palmela/Moita, portanto não estavam a mentir, estavam a cumprir com aquilo que estavam autorizados pelo Ministério do Ambiente.-----

-----Queria dizer também que as águas que estavam a ser lançadas no rio, ou seja, em Coima, não eram tal e qual os limpa fossas ou a rede de esgotos da Quinta do Conde as faziam chegar á Etar. Haviam coisas que tinham que ser ditas, em véspera de eleições tinha havido um grupo de pessoas que se dirigiram à Etar da Quinta do Conde, sem estarem autorizadas para o efeito, ou seja, pensava que só devia entrar em casa de outrem, quem para o devido efeito solicitasse essa mesma autorização. Tinham-se servido de uns cartões passados pela Assembleia de Freguesia ou pela Junta de Freguesia, dirigiram-se a um funcionário que estava na Etar da Quinta do Conde que na sua boa fé e não tendo nada a esconder, autorizou que essas mesmas pessoas entrassem dentro da Etar. Aqueles actos só ficavam mal a quem os praticava, poderiam ter solicitado à Câmara autorização, acompanhamento, e esclarecimento dos próprios técnicos da Câmara, mas procurando obter alguns dividendos políticos, que pensava que era isso procuravam, tinham procedido daquela maneira. -----

-----Uma outra situação e que tinha que ser esclarecida, era relativamente ao quartel dos Bombeiros Voluntários de Sesimbra, ou da secção dos Bombeiros Voluntários de Sesimbra na Quinta do Conde, que não era da responsabilidade da Câmara Municipal de Sesimbra. Tinha sido aprovado pela Câmara Municipal um subsídio para a elaboração do projecto do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Sesimbra - secção na Quinta do Conde, e a Câmara Municipal e o Gabinete Municipal da Quinta do Conde, tinham-se disponibilizado para, em conjunto com os próprios Bombeiros Voluntários de Sesimbra, dar todo o apoio para a execução desse mesmo projecto.-----

-----Naquele momento o projecto estava pronto com a colaboração da Câmara Municipal de Sesimbra em diversas vertentes, e estava a aguardar a assinatura de um técnico que os próprios bombeiros haviam definido sendo da responsabilidade desse mesmo técnico, a entrega do projecto, para ser financiado e a obra executada, ou seja, da parte da Câmara Municipal de Sesimbra tinha havido sempre toda a disponibilidade para apoiar os Bombeiros Voluntários de Sesimbra para que a secção dos Bombeiros Voluntários de Sesimbra na Quinta do Conde fosse uma realidade. -----

-----O Membro Germano de Barros tinha colocado uma questão sobre as ligações dos ramais domiciliários, e o que lhe podia transmitir era que os recursos humanos que a Câmara Municipal tinha não eram suficientes, porque era sobejamente conhecido que a Quinta do Conde não era um loteamento que tivesse nascido de raiz, em que todas as ruas estivessem pavimentadas, em que todos os ramais de ligação à rede pública tivessem feitos, porque a rede de saneamento básico da Quinta do Conde tivera de nascer do princípio, ou seja, tivera que ser toda feita já depois da maioria das habitações estarem construídas. -----

-----O que se tinha procurado fazer de maneira a facilitar os moradores da Quinta do Conde, e que a Câmara Municipal tinha assumido essa responsabilidade, da qual se podia ter descartado facilmente, ou seja, era a Câmara Municipal que ia às vivendas, pegava no projecto que lhe tinha sido entregue, e muitas vezes a obra executada não correspondia àquilo que estava no projecto e elaborava um estudo prévio, ou seja, um mini projecto que entregava às pessoas para execução da obra dentro dos próprios lotes. -----

-----A Câmara procurava sempre facilitar a população da Quinta do Conde e se as ligações estavam em atraso era porque a Câmara tinha que dizer às pessoas o tipo de obra que tinham que executar e elas próprias depois de terem esse mesmo projecto que a Câmara lhes remetia é que iam executar essa obra, e a ligação final quer quisessem quer não, para que as coisas corressem bem e para que saíssem certas, tinham sempre que ser fiscalizadas por técnicos da Câmara Municipal para que pudessem aceitar a obra como efectiva e como correcta. -----

-----Em relação à frase, fazer muito mais e gastar muito menos, não sabia se isso se referia só à Quinta do Conde, mas pensava que o trabalho realizado tanto na Quinta do Conde como no restante Concelho, relativamente às diversas áreas, tanto de saneamento como no abastecimento de água, como de todas as outras vertentes, demonstrava que tinha havido empenhamento e que as verbas disponíveis tinham sido bem aplicadas no desenvolvimento do Concelho de Sesimbra. -----

-----Seguidamente usou da palavra o **Presidente da Câmara**, que disse que iria voltar a falar da demora da apresentação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento àquela Assembleia, julgava que já tinha sido dito e redito mas queria que ficasse claro que tinha sido com verdade que tinham informado aquela Assembleia do porquê da demora. -----

-----Também já tinha sido dito, que aquelas Grandes Opções do Plano estavam condicionadas devido às obras que estavam em curso, obras que ele já tinha tido oportunidade de referir na área da

educação, porque tinha entendido fazer referência a essas obras uma vez que a Câmara estava a dar cada vez mais importância a essa área, e as coisas tinham que ser ditas mais que uma vez para que não se esquecessem do número significativo de obras importantes e que há muito vinham sendo reclamadas em todas as Freguesias no Concelho de Sesimbra, uma vez que sem elas não podiam de forma alguma poder dizer que o Concelho de Sesimbra ia tendo infra-estruturas há muito reivindicadas e que eram básicas para que a população do concelho se pudesse sentir melhor. -----

-----Portanto, estava em construção o Cine-Teatro e Biblioteca que já de há muito vinha sendo reclamado por todos, estava em construção o Pavilhão Gimno Desportivo da Quinta do Conde, o Cemitério da Aiana e continuava a ser feito um investimento bastante significativo no abastecimento de água a todas as Freguesias do Concelho de Sesimbra. -----

-----Portanto aquelas obras de grande valor tinham condicionado a elaboração das Grandes Opções do Plano para 2002, naturalmente que se tinha havido obras, se elas estavam em curso, havia uma dívida, e era certo também que a dívida a curto prazo tinha vindo a dificultar a que as Grandes Opções do Plano que a Assembleia estava a discutir, e que estava em crer iria aprovar, pudessem ter sido outras, se efectivamente não houvesse aquela dívida. -----

-----Mas com o empréstimo que iam conseguir estavam criadas as condições para que pudessem avançar noutras áreas que eram também de grande importância para o Concelho. -----

-----Naturalmente que ele ali tinha que fazer referência ao Membro Odete Graça, e dizer que a Câmara também acreditava e achava bem que a Assembleia interviesse na elaboração, elaboração em termos de emissão de opiniões, quanto a obras que o Concelho estava necessitado e que a Câmara devia ouvir a Assembleia, não só para votar contra ou favoravelmente, mas também para receber dos Membros as suas propostas, porque eram tão autarcas como eles. -----

-----Portanto da sua parte e estava em crer que dos demais colegas de vereação, era obvio, que estavam sempre receptivos a discutir com a Assembleia, com vista a que o plano fosse cada vez mais participativo e participado por todos. -----

-----Quanto a algumas questões que ali tinham sido colocadas, algumas já tinham sido respondidas, mas havia uma de facto que ele tinha pena de não poder dizer que era já amanhã que ia ser feito, que era a ligação da água á rede de abastecimento público para a Lagoa de Albufeira, porque tinha havido um grande empenhamento da Câmara no anterior mandato, continuava a haver um grande empenhamento deste executivo com vista à resolução dos problemas da Lagoa de

Albufeira, a sua reconversão e a criação de infra-estruturas, e muito lhe custava não poder dizer que era de imediato, porque aquelas obras, como toda a gente sabia, tinham sido comparticipadas pela população que residia ou que era proprietária de alguns lotes na Lagoa de Albufeira.-----

-----Mas o equipamento dos furos estava em curso, a obra dentro da Central Elevatória da Apostiça estava na fase de conclusão e estavam certos e tudo iriam fazer, para que quanto antes a população da Lagoa de Albufeira tivesse água da rede de abastecimento público, porque mereciam.

-----Relativamente ao Turismo, queria dizer que folgava em ouvir o Membro Carlos Afonso defender que, mal deste Concelho, mal de Sesimbra se não apostassem forte no turismo, pena era, que há oito, nove anos atrás, não tivessem tido essa vontade em investir de modo a que hoje pudessem ter já infra-estruturas mais avançadas para que pudessem vender, entre aspas, Sesimbra em termos de turismo. -----

-----Sabia também que muitas infra-estruturas que há oito anos atrás não foram realizadas não dependiam só da Câmara, mas nunca se tinha ouvido falar tanto em Sesimbra uma terra virada para o Turismo, necessidade de investir na área do turismo. Infelizmente, não seria com a pesca que Sesimbra iria sobreviver mas teria que ser com outra actividade económica, e em Sesimbra, infelizmente, só o turismo. -----

-----Naturalmente que a Câmara tudo iria fazer para que a pesca não morresse, e folgava saber que ali todos os partidos políticos, todas as associações de armadores, de pescadores, estavam de braço dado com o governo, para que nas instâncias onde tinha que bater o pé quanto à política comum das pescas que queriam impingir, que efectivamente isso não viesse a acontecer. -----

-----Ao Membro Germano de Barros queria dizer que registara a afirmação de fazer mais e com menos dinheiro, mas eram obras de grande monta. -----

-----Era importante que a partir daquele momento com o Pocal implementado, obrigasse todos, quer na Câmara, e a ele em especial enquanto Presidente, a serem mais rigorosos na elaboração dos documentos, e da mesma forma como estivera ali para defender o Relatório e Contas de 2001, estava certo que com a verdade ele ali sempre se defenderia e também diria sempre da sua culpa quando efectivamente as coisas não seguissem nos modos como se tinham proposto. -----

-----Usou da palavra o **Membro Júlio Joaquim** que disse que queria agradecer a forma elogiosa como o Vereador Gameiro se lhe tinha dirigido, realmente ficava-lhe muito bem, para quem o tinha acompanhado durante doze anos na vida autárquica, ficava-lhe muito bem a forma elogiosa com

que ele tinha feito referência publicamente à sua actividade e ao seu companheiro de bancada na Assembleia de Freguesia. -----

-----Mas passando à frente, toda a gente se tinha apercebido da forma demagógica como o Vereador respondera, ou seja, como não respondera, e concretamente a questão que ele tinha colocado da previsão de se gastar na ETAR da Quinta do Conde duzentos mil contos, essa pergunta não tinha sido respondida.-----

-----Em termos de Protecção Civil e sobre o Quartel dos Bombeiros da Quinta do Conde, estavam ali atribuídos duzentos contos, mil euros, para gastar naquele ano e em termos de investimento plurianual não vinha ali nada, sobre aquela questão não tinha respondido, tinha gasto o tempo a fazer juízos de valor, que isso era bem dispensado.-----

-----Tomou o uso da palavra o **Membro Ricardo Simplício** para dizer que ia ser breve, mas que haviam ali dois ou três pontos que faziam parte das suas discordâncias em relação ao orçamento e que não podia deixar passar em claro. Quanto à despesa continuava a dizer que estava sub-avaliada e as receitas estavam sobre-avaliadas, e no fim do ano fariam contas. O facto de se dizer que queriam fazer obra, ele dizia que continuavam a faltar equipamentos desportivos, continuavam a faltar espaços verdes, estavam a assistir a uma excessiva betonização do Concelho, não havia uma previsão de quanto lhes iria custar essa excessiva betonização, porque não era só construir, tinham que o manter mais tarde, os esgotos e tudo o resto. -----

-----Diziam depois que queriam fazer muito mais mas estavam condicionados pela situação financeira, mas sabiam muito bem há quanto tempo a situação do município se mantinha assim porque a tinham criado, portanto todos tinham as suas responsabilidades e não podiam fugir às mesmas.-----

-----Por fim a situação do empréstimo, o empréstimo de médio a longo prazo não era para pagar naquele momento mas tinha que se pagar e estava-se a assumir problemas futuros, tinha-se assumido um agora, ia-se assumir um segundo e não se sabia o que é que viria.-----

-----Seguidamente usou da palavra o **Membro Carlos Afonso** que disse que tinha ouvido o Vereador do Pelouro e ficara com a sensação que o plano de saneamento era uma matéria secundária, para não lhe chamar quase virtual, portanto não tinha o interesse que a sua Bancada estava ali a tentar dar. Para o Presidente da Câmara pelos vistos a leitura era outra, e iria citar o que estava escrito. -----

-----“(...) *A utilização criteriosa dos recursos a obter de acordo com o estudo nestes catorze próximos anos, tem em vista salvaguardar o equilíbrio financeiro da autarquia(...)*”.-----

-----Assim gostava de saber até que ponto a Assembleia, estava ou não comprometida com o estudo de saneamento financeiro da Câmara até ao ano 2014.-----

-----A segunda questão ia directa ao Vereador do Pelouro das Finanças, há uns anos atrás o Vereador para avançar com a derrama, a fundamentação que tinha trazido, era que o barril do “crude” naquele ano tinha aumentado, e então pimba, portanto perguntava ao Vereador qual a fundamentação que ele iria trazer para o ano seguinte, se era alguma coisa a gravitar à volta daquilo ou se tinha alguma coisa a ver com o dito plano de saneamento que tinha sido apresentado ao Tribunal.-----

-----Em relação ao que o Presidente da Câmara falara há pouco sobre a matéria do turismo, queria dizer que a Assembleia já tinha realizado uma sessão temática sobre o assunto, portanto para ele a matéria do turismo não era virgem, mas com aquilo que o Presidente da Câmara pretendia fazer, não era solução, uma vez que estava a prever, em termos de aumento das verbas a receber de loteamentos, quase 44% ao ano, sem a devida compensação na matéria do saneamento, como é que ia atrair os turistas.-----

-----O Presidente sabia que melhorar, conservar, arranjar, qualificar, preservar, eram itens fundamentais se se queria ter uma qualidade de vida, um desenvolvimento integrado, e poderem assim chamar turistas ou alguém que os viesse visitar, mas não era com aquela perspectiva, e ainda não conseguira avançar com uma revisão geral global do Plano Director Municipal.-----

-----A seguir foi cedida a palavra ao **Membro Germano de Barros** que relativamente à afirmação de fazer muito mais e gastar muito menos, disse que o PSD tinha algumas dicas no seu programa eleitoral e convidava-os a lê-las.-----

-----Depois em relação ao problema que tinha levantado dos ramais domiciliários de esgoto, para os quais tinham só cento e vinte e oito euros previstos, do que ele tinha percebido, aparentemente não tinham havido ligações nos últimos dois anos e por isso não se inscrevera mais verba, se é que ele percebia bem o Pocal, se ele não percebia muito bem convidava a câmara a organizar uma sessão de esclarecimento para os membros daquela Assembleia para perceberem como funcionava o Pocal. -Em relação ao Eng.º que tinha sido contratado para tratar das ligações, lamentava que ele não tivesse sido contratado mais cedo e esperava que numa próxima reunião o Vereador Gameiro

pudesse trazer o resultado do seu trabalho, pelo menos um mapa com a situação das ligações já efectuadas e das ligações a efectuar.-----

-----Tomou o uso da palavra o **Membro Odete Graça** que disse que considerava que era muito importante que se fizesse um estudo de saneamento financeiro porque era uma forma de prever e essa previsão de algum modo devia ajudar a decidir melhor nomeadamente para uma melhor actuação nos próximos anos, contribuir para uma melhor gestão económica ou financeira da autarquia. -----

-----Mas questionava o seguinte: era ou não era importante em termos de futuro, e o futuro era aquando da elaboração do próximo plano e dos outros três anos, que um trabalho com aquelas características fosse talvez especificamente apresentado à Assembleia para que ela própria tivesse a antevisão daquilo que era a previsão do ponto de vista da autarquia? -----

----- Via o estudo como um instrumento que ajudava a decidir melhor, e via ali a tal perspectiva da participação, onde a Assembleia estivesse em melhores condições para dar o seu contributo e para poder fazer uma avaliação daquilo que era o próprio plano. A participação da própria população, naturalmente que numa perspectiva organizada através dos outros órgãos autárquicos, através das associações, ou da população em geral, que ao estar ali ou irem eles até ela, podiam dar contributos importantes, até porque necessariamente os planos tinham muitas vezes perspectivas de acolher as necessidades que as populações sentiam relativamente à sua freguesia. -----

-----A segunda questão, era mais dirigida ao Presidente da Câmara e com uma observação que era o seguinte:-----

-----Todos tinham uma história, a história do Concelho, a história da vida autárquica, a história dos órgãos autárquicos e naturalmente que o Presidente já estava na história duas vezes, e provavelmente os presentes já tinham estado numa determinada maneira e continuavam a estar, ou com épocas ou com competências ou com funções diferentes, mas a verdade era que tinham história, e isso não obstava, a que de facto não tivessem uma quota parte da responsabilidade na história, e a verdade era que quando naquele momento se falava nas Grandes Opções do Plano, era evidente que elas eram uma consequência lógica numa história. -----

-----Mas para dizer que já há muito tempo que pensavam em muitas outras preocupações relativamente ao Concelho, nomeadamente a questão do turismo. Por uma única razão ou por um conjunto de razões, era claro que a vida tinha sido diferente, as contingências legais tinham sido

diferentes, as perspectivas do governo tinham sido diferente, era claro que alguns diriam que ainda bem, mas a verdade era que o Partido Comunista tinha estado tão pouquinho tempo no governo que não dera para fazer uma historia de benefício para os municípios, mas tinham tido governos do Partido Socialista, governos do Partido Social Democrata, tinham ali uma história que era quase idêntica, aquilo para dizer que se naquele momento havia a possibilidade do ponto de vista turístico para terem a concretização e a realização de obra, era porque as coisas tinham mudado do ponto de vista legal e político, eles tinham levado um tempo quase infinito para a conquista do reconhecimento da importância do Saneamento da Bacia de Sesimbra, e o Presidente e os Vereadores, nomeadamente o Vereador Manuel José Pereira, sabiam muito bem que eram palavras loucas para orelhas moucas, e ela lembrava-se que exactamente com o Dr. Sardinha e com a Dra. Teresa Zambujo, de explicarem que a autarquia não podia assumir a total responsabilidade duma obra daquela envergadura. -----

-----A Câmara na altura não tinha a capacidade orçamental, nem o Governo tinha a percepção da importância que essa infraestrutura representava para o turismo para Sesimbra, aquilo era só para dizer que de facto aquelas preocupações do turismo foram-se conquistando, se calhar na altura com grandes braços de ferro, se calhar hoje ou em determinada altura com mais simpatia, se calhar hoje com mais facilidade, mas a verdade é que tinham sido conquistas sucessivas que tinham determinado outros níveis de qualidade para Sesimbra. -----

-----E tinham sido ou não da história as lutas, quase que diria cegas, relativamente aos problemas do Castelo, tinham sido coisas perfeitamente absurdas, e dizia, ainda bem que a questão se tinha resolvido, mas depois de bastante zaragata com o Tribunal, para a definição da propriedade. O Cabo Espichel, era uma questão aflitiva, e naquele momento dizia, se não fossem as últimas decisões do Partido Social Democrata, quanto à decisão relativamente à forma de resolução do problema do Cabo Espichel, provavelmente ainda hoje não estavam na situação que estavam, que ainda estavam mal. -----

-----A própria situação da Fortaleza, era uma situação, que quase já não se sabia a história, era evidente que não era a autarquia a única responsável pela dinâmica turística, ela tinha que ser o motor, ou seja, tinha que proporcionar as condições para a dinâmica turística, não queria chamar para ali um conjunto de iniciativas que tinham sido paradigmáticas, mas a verdade é que tinham constituído uma força de aproximação das entidades, associações, estruturas locais, estruturas

regionais, para uma certa dinâmica de turismo, portanto a dinâmica turística tinha sido preocupação, era preocupação e iria continuar a ser. -----

-----Em seguida usou da palavra o **Membro Miguel Bastos**, que disse que iria começar a sua intervenção pela história, pela história que o Membro Odete Graça tinha acabado de falar, porque era um facto que todo o Concelho de Sesimbra tinha uma história e ia-se construindo de avanços e recuos, erros que todos foram cometendo, uns mais, outros menos, e de algumas opções que foram sendo tomadas, e pegando no ruído de fundo que tinha ficado naquela sala, provocado pelo Membro Carlos Afonso, com o lotear, lotear, lotear, eles tinham que ser coerentes com eles próprios e com a história e tinham que assumir quem era o responsável pelo lotear, lotear actual, eram todos eles. ----

-----Mas não era o PS que era mais que a CDU, nem a CDU que era menos que o PS, porque se era possível lotear, lotear, era porque era impossível naquele momento não o permitir, sob o ponto de vista jurídico ou legal, isso só tinha sido possível devido ao PDM que tinha sido aprovado, com a responsabilidade de todos, mas não se esquecessem da história que demonstrava que alguns tinham mais responsabilidade que outros nas dinâmicas e nos vectores desse mesmo PDM. -----

-----Ele estava, como muitos dos presentes, nos órgãos há muitos anos, já tinha aprovado muita coisa que à posterior chegara à conclusão que haviam sido erros, mas na altura tinha aprovado conscientemente, julgando que estava a fazer o melhor para o concelho, hoje em dia a política de betão era uma questão que tinha que ser revista rapidamente, que não era um fenómeno só do concelho, ele permitia-se dizer que achava que era um fenómeno nacional de todos os concelhos que haviam tentado fazer alguma coisa por eles próprios, e as pessoas tinham caído na esparrela, e hoje em dia o que era fundamental era não se acusarem uns aos outros, mas fazerem uma leitura do que era preciso fazer para aquilo não voltar a acontecer. -----

-----Lançava outro desafio, que era um dia gastarem algum tempo a pensar sobre aquelas questões, o problema do betão e o problema do PDM, como é que podiam conjuntamente unir esforços no sentido de travar aquelas questões. -----

-----No fundamental as coisas sobre aquele plano e o orçamento estavam mais ou menos esclarecidas, pensava e admitia que houvesse quem pensasse que faria melhor, isso era a essência das questões e da democracia, mas no regime democrático em que se vivia, em última análise quem decidia era a população, e há muito pouco tempo, apesar das coisas não terem corrido tão bem como gostaria, a população decidira que deveriam ser os representantes do Partido Socialista a

continuarem a acção de desenvolvimento do Concelho de Sesimbra, obviamente, com a ajuda e participação de todos os outros à semelhança do que tinham tentado fazer quando estiveram na oposição.-----

-----Portanto enquanto o PS tivesse o mandato da população, com a consciência de que cometeriam sempre erros porque não eram perfeitos, tentariam dar o melhor em prol do Concelho e na melhoria das suas situações.-----

-----Pensava que o “timing” do plano e orçamento já tinha sido explicado, devido à essência de orgânica funcional da estrutura económica da Câmara e dos seus serviços, felizmente que naquele ano não tinha sido significativamente penalizante, o atraso de dois meses e meio não tinha trazido grandes consequências em termos da própria gestão, e pensava que no fundamental as grandes opções que o plano de 2002 apontava, eram equilibradas porque vinham obviamente no seguimento de um trabalho desenvolvido no ano anterior que não podia ser deixado de realizar.-----

-----Por outro lado sabia-se que a situação económica em que a autarquia se encontrava, à semelhança da situação económica do País, não permitia fazer grandes loucuras, todos gostariam de ter um plano com mais obra e um orçamento com mais dinheiro, mas não era possível que isso acontecesse.-----

-----Era um plano e orçamento equilibrado para o momento que viviam e esperava que a Câmara e o seu executivo, pudessem ter unhas, entre aspas, para tocar a guitarra no sentido de não ser o velho do Restelo relativamente à previsão da bancada do PSD. Esperava chegar ao fim do ano e poder fazer as contas a bem de todos, porque como a própria bancada do PSD tinha transmitido, o seu sentir era que os resultados fossem bons para que o Concelho progredisse .-----

-----Gostaria de focar alguns aspectos da vivência do Concelho de Sesimbra que lhe pareciam significativos. As coisas não andavam tão mal como a imagem que se queria criar. A nível do saneamento Sesimbra continuava a progredir, obviamente que gostariam que progredisse de uma forma mais rápida, mas economicamente não era possível suportar isso, de qualquer forma a rede de esgotos da zona nascente ia ser implementada e ia ser mais um passo importante para além da consolidação do trabalho da Etar.-----

-----Em relação à Freguesia do Castelo, já tinham os projectos da Etar de Santo António e da Lagoa de Albufeira e do eixo Alfarim/Aldeia do Meco, pensava que se devia arranjar financiamentos porque eram obras que pelo seu valor e pela sua globalização eram difíceis de serem

suportadas por uma Autarquia com os recursos que tinha.-----

-----Em relação à Quinta do Conde julgava que era importante que os Membros se lembrassem que há quatro anos atrás quando o Partido Socialista pegara na Câmara, a Etar tinha sido inaugurada uns dias antes das eleições, mas tinha sido inaugurado o edifício, as paredes e muito poucos equipamentos, estava longe de estar equipada e estava longe do essencial da questão, que era poder funcionar. Mal ou bem, se tinha havido sítio onde a Câmara tinha gasto dinheiro nestes últimos quatro anos, tinha sido na Quinta do Conde e nos esgotos da Quinta do Conde, e era preciso que não se esquecessem que mais de 50% da rede da Quinta do Conde tinha sido feita nos últimos quatro anos, não se tinha conseguido atingir os objectivos que eram desejáveis e que a população da Quinta do Conde tanto ansiava, mas também era preciso não se esquecerem da realidade do Concelho de Sesimbra, e voltando à história, há vinte e oito anos atrás a maior parte das aldeias e das populações do Concelho de Sesimbra não tinham esgoto, como muitas delas continuavam a não ter, não tinham arruamentos, não tinham água, não tinham luz e fora a partir daí que tinham começado, fazendo mais erros, fazendo menos erros, mas a luta tinha começado aí, e não era de um dia para o outro que se conseguia mudar a história.-----

-----Não se podiam esquecer e os seus amigos da Quinta do Conde sabiam que era assim a realidade, que há quatro anos atrás a Quinta do Conde tinha seis mil e pouco eleitores, e naquele momento tinha onze mil e tal, praticamente duplicara o número de eleitores e pensava que o número de eleitores tinha algum significado e era difícil a uma autarquia que tinha as suas dificuldades, que não era rica, ter capacidade de resposta para de qualquer maneira e a qualquer hora resolver um acréscimo e um desenvolvimento daquela ordem.-----

-----A Câmara investira no património, preocupara-se bastante com aquele sector e pensava que a história tinha dado passos mais rápidos e outros mais lentos. Com o Castelo tinham sido dado passos rápidos, no sector da Fortaleza tinham conseguido criar as condições mínimas e necessárias para que a posse da Fortaleza fosse uma realidade.-----

-----Naquele momento dependia da vontade política do governo central, e tinham chegado ali a uma outra questão, que era a dos partidos, das cores, dos pedidos, mas ele estava completamente à vontade porque sempre tinha criticado o seu Partido por não dar apoio à sua Autarquia em determinadas sectores de intervenção.-----

-----Portanto, tanto criticara há quatro anos como criticava naquele momento, aquilo que achava

que era lícito lutar para a população do Concelho, eram quatro, cinco ou seis obras que lhe pareciam prioritárias e não tinha dúvidas da vontade da população e das opções que tinham que tomar, o Quartel da GNR tinha que ser uma realidade porque a Fortaleza tinha que passar para o Município, o Cabo Espichel tinha que ser recuperado, eram obras que eram prioritárias e eram fundamentais ao desenvolvimento económico e turístico do Concelho de Sesimbra. -----

-----Todos na Assembleia gostariam de ter um melhor orçamento e um melhor plano, mas pensava que tinham os documentos que eram possíveis ter, achava que eram equilibrados. Esperava que a Câmara, nos meses que restavam, conseguisse fazer uma política de gestão económica de forma a chegarem ao fim do ano numa posição equilibrada e que a obra pudesse ser feita e concretizada e os objectivos do plano atingidos da melhor forma possível.-----

-----Seguidamente usou da palavra **o Presidente da Câmara** que respondendo ao Membro Júlio Joaquim, quanto à verba para o quartel da GNR, explicou que aquela verba era apenas para pagar a parte do projecto que a Câmara se tinha responsabilizado, e mais nada.-----

-----Quanto às verbas que estavam previstas no orçamento para a Etar, o Membro Júlio Joaquim tinha falado em contos, e não eram contos eram euros, não eram duzentos mil contos, eram trinta e sete mil e seiscentos euros para 2002 e duzentos mil euros para 2003, quatrocentos mil euros para o ano 2004 e aquelas verbas mais significativas eram para o tratamento terciário, portanto a Câmara tinha que avançar com o tratamento terciário na Etar e por isso estavam orçamentados aqueles valores. -----

-----Quanto à intervenção do Membro Ricardo Simplício, sobre a excessiva betonização, o Membro Miguel Bastos já tinha respondido, a Câmara Municipal tinha um Plano Director Municipal ratificado desde 2 de Fevereiro de 1998 e tinha que cumprir com o PDM, não podia de forma alguma dizer a um investidor que não podia meter na Câmara um projecto de loteamento ou um edifício com uma outra dimensão porque entendia que eram muitos lotes ou que eram muitos fogos.-----

-----A Câmara tinha que criar as infra-estruturas básicas de modo a que esses empreendimentos não tivessem problemas, como investira no saneamento da Bacia de Sesimbra e no saneamento da Quinta do Conde. -----

-----Felizmente Sesimbra não tinha capacidade para grandes urbanizações, não tinha grandes propriedades para grandes urbanizações, eram urbanizações de trinta, quarenta lotes, só tinha uma

grande urbanização que era a do Alto das Vinhas, mas essa estava parada. Na Assembleia já tinha sido falado e era do conhecimento de todos, que a Câmara já avançara com os projectos para as Etares de St . António, Lagoa de Albufeira, Alfarim e Meco, mas eram grandes investimentos que a Administração Local não tinha possibilidade de pôr no terreno, por isso estava, conjuntamente com os demais Municípios da Península de Setúbal, junto da Administração Central, e esperava que o governo actual não voltasse atrás com aquilo que estava em vias de assinar, que era a constituição de uma empresa Multimunicipal para poderem avançar com as obras da Freguesia do Castelo. -----

-----Em relação à revisão do PDM ele e o Vereador do Planeamento Urbanístico, já tinham chegado à conclusão que rever o PDM para já, não diria que era impossível mas era muito difícil, porque rever um PDM demorava muito tempo, por isso acordaram, numa ou outra zona, avançar com Planos de Pormenor e era isso que também estava contemplado naquelas Grandes Opções do Plano.-----

-----Quanto ao que tinha dito o Membro Germano de Barros, ele iria ver o programa eleitoral do PSD quanto às dicas milagreiras. -----

-----No que respeitava às ligações de esgoto já tinha sido dito, mais que uma vez, que as verbas que estavam calculadas para o Orçamento de 2002, eram fruto daquilo que a Câmara tinha recebido nos últimos vinte e quatro meses, não queria dizer que não tivessem sido feitas mais ligações, elas tinham sido feitas, só que não tinham sido pagas, e a Câmara tinha que cumprir com o Pocal e fazer a média dos últimos meses. -----

-----Para terminar informou que ia fazer chegar à Assembleia um ofício solicitando que a Assembleia fizesse chegar à Câmara propostas para incluírem, depois numa conversa ou numa discussão, nas Grandes Opções do Plano para 2003.-----

-----Em seguida usou da palavra o **Presidente da Assembleia Municipal** que disse estar terminada a discussão e o debate sobre as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2002, e perguntou à Assembleia se se votaria em conjunto os dois documentos ou em separado. -----

-----Dizia a lei, que era competência da Assembleia Municipal aprovar as Opções do Plano e a Proposta de Orçamento bem como as respectivas revisões, portanto o que ele colocava e gostava de ouvir as três bancadas, era se votavam o documento junto ou se preferiam votá-lo em separado, por um lado as Opções do Plano e por outro o Orçamento.-----

-----A Câmara tinha votado o documento em conjunto, alterando também uma tradição que

vinha de trás, a Assembleia era competente para decidir o que melhor entendesse, esperava a opinião das bancadas. -----

-----Usou da palavra o **Membro Odete Graça** que disse que do ponto de vista da CDU, se aquela tinha sido a metodologia aplicada ao nível da Câmara Municipal, não via vantagem em que a mesma não fosse ali aplicada. -----

-----Em seguida o **Membro Ricardo Simplicio** disse que pela leitura da lei que o Presidente da Assembleia tinha feito, ele julgava que se inferia que os documento podiam perfeitamente ser aprovados conjuntamente. -----

-----Tomou o uso da palavra o **Membro Miguel Bastos** que disse que da interpretação que fazia da leitura da lei, tanto era possível votar de uma forma como de outra, e pensava que isso tinha a ver com as próprias opções de cada bancada, porque se uma bancada obviamente, estava interessada em votar os dois documentos da mesma forma, tanto lhe fazia, se estava interessada em votar de forma diferente já a questão se colocava de outra forma, e ele pensava que de hoje para amanhã podia acontecer naquela Assembleia que uma bancada não quisesse votar da mesma maneira, e a institucionalização, entre aspas, por aquela Assembleia de uma questão de serem votados os dois documentos ao mesmo tempo podia ser perigosa, portanto se era uma opção para a presente votação estava de acordo. -----

-----Havendo consenso entre as bancadas, o **Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta das “Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2002” apresentada pela Câmara, tendo sido aprovada, por maioria, com 12 votos a favor do PS, 6 abstenções da CDU, e 6 votos contra do PSD/PP** . -----

-----Seguidamente o **Membro Odete Graça** prestou em nome da bancada da CDU, a seguinte **Declaração de Voto:** -----

----- O sentido de voto que acabamos de manifestar, face aos documentos que nos são apresentados traduz a nossa preocupação quanto a um conjunto de questões, aliás já colocadas aquando a sua discussão e que se traduzem nos seguintes aspectos:-----

----- O momento em que nos encontramos para discutir os documentos é de todo ultrapassado, já que os mesmos deviam ter sido apresentados e votados, em Abril, conforme é descrito na Lei, pese embora nos terem sido prestadas informações sobre a adequação dos valores ao euro e razões de ordem técnica com o sistema. -----

-----Mas a verdade é que seremos o único Município da Área Metropolitana de Lisboa e dos últimos do País, a não aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento e nós confiamos nos técnicos da Câmara Municipal de Sesimbra e na sua capacidade.; -----

-----Também o facto de só neste momento estarmos a aprovar estes documentos é evidente que de algum modo tem sido prejudicial para a população do Concelho já que não permitiu o avanço de alguns projectos para o Município, só agora contemplados, passados que são quase 7 meses; -

-----É também verdade que com esta aprovação em Julho, é difícil, senão impossível, acolher desta Assembleia qualquer contributo no sentido de melhorar a intervenção da Câmara na vida do Município. -----

-----Sobre as grandes opções do Plano e Orçamento para 2002 queremos realçar algumas questões referidas na sua nota introdutória:-----

-----1º. Sobre a "transição entre mandatos" não a aceitamos como condicionante já que temos o mesmo Partido Socialista e os mesmos responsáveis políticos a gerir e a definir a estratégia para o Município;-----

-----Também sobre a "recomposição do órgão executivo em nada deverá ter perturbado o desenvolvimento do trabalho, já que o PS geriu o Concelho no último mandato e agora deve continuar a assumir essa responsabilidade política perante quem os elegeu e a população sesimbrense de um modo geral. -----

-----Em nosso entender não houve "recomposição" nem transição; -----

-----Também na sua introdução, não encontramos uma "estratégia" de desenvolvimento para o Concelho, mas sim um enunciado de acções sem uma visão de conjunto e ou uma perspectiva integrada onde as diferentes políticas (sociais, culturais e económicas) devem convergir a pensar no progresso de Sesimbra e na qualidade de vida para todos nós. -----

-----Confesso que esperávamos esta definição já que se trata duma visão tão ao jeito do PS, isto é "Sesimbra mais...Sesimbra mais!-----

-----Aliás, de igual modo, também podemos salientar a ausência de qualquer definição de prioridades quer quanto aos objectivos para o futuro do Município, ao nível da gestão financeira e dos recursos humanos quer quanto à previsão de novas receitas e até a definição de novas políticas, novos projectos e novos investimentos. É evidente que nos posicionamos num mandato para 4 anos. Mas o que encontramos foram razões do passado ou seja "situação financeira do

Município" - sempre por razões externas - ou opções já tomadas em 2001 - naturalmente em ano de eleições. -----

-----A terminar deixamos para reflexão no nosso futuro imediato a "lei de enquadramento orçamental" que hoje foi aprovada, na generalidade na Assembleia da República com a abstenção do PS, e o que esta contém de estrangulamento para a vida dos Municípios. -----

-----Daí que, nos fica a redobrada preocupação quanto às "Obras da responsabilidade da Administração Central" referidas no documento das Grandes Opções do Plano, já que elas, há muito constituem símbolos de luta da CDU e afinal até hoje elas não têm passado de "grande empenhamento em pressionar", "realização de projectos", "pugnar pela resolução da situação - Fortaleza de Santiago / Quartel da GNR" e "Bandeira reivindicativa no nosso Concelho - Santuário do Cabo Espichel. É que a reivindicação já vem da CDU mas a "Bandeira" tem agora outras mãos."-----

-----Seguidamente o Membro Eduardo Amigo, prestou em nome da Bancada do PSD, a seguinte Declaração de Voto:-----

-----"Os documentos que hoje nos foram apresentados para serem sujeitos a votação traduzem a situação caótica em que se encontra as finanças do Município. -----

-----A Coligação Eleitoral PPD/PSD.CDS-PP, tem tido a este respeito uma atitude responsável e de colaboração que se traduziu nos últimos anos em alertar o executivo Camarário das consequências da sua gestão, apresentando propostas indicando caminhos, não nos deram ouvidos, não acolheram as nossas propostas, apresentaram-nos este orçamento em cima da hora e com um atraso considerável em relação ao estabelecido na lei, não dando qualquer margem para que estes documentos fossem discutidos e melhorados . -----

-----Basicamente discorda-se da previsão orçamental em dois pontos: As receitas estão sobre avaliadas as despesas sub- avaliadas, tudo se compôs para apresentar um orçamento de défice zero, quanto às receitas apresenta-se um crescimento das receitas totais previstas de 23%, em relação às arrecadadas no ano de 2001, é irrealista pensar que este objectivo se pode alcançar. --

-----Quanto às despesas correntes elas encontram-se manifestamente sub-avaliadas, tendo sido o seu cálculo subordinado à receita que se conseguiu fazer esticar, a chave do saneamento financeiro da Câmara Municipal de Sesimbra, seria a contenção da despesa corrente, mas não se vislumbram quaisquer medidas de fundo que permitam controlar a sua contínua derrapagem. ---

-----*Em relação ao passado faz-se um mea culpa, mas os erros repetem-se, em política não basta a confissão para conseguir o perdão dos nossos erros, temos que assumir as nossas responsabilidades.* -----

-----*Assistiu-se no passado ano a um facto inédito, em face das gritantes dificuldades em acorrer à despesa corrente, usou-se um descoberto bancário de juros elevados e cuja finalidade seria apenas e só o de colmatar falhas pontuais na tesouraria, sendo que a sua correcta utilização não traria qualquer encargo adicional.* -----

-----*Em ano de eleições tudo vale, lançaram-se obras à pressa sem se ter conseguido captar os necessários fundos para o seu financiamento, agora pede-se contenção, penhora-se o futuro.*-----

-----*Este é um orçamento insensato em consequência do uso descuidado das elevadas receitas arrecadadas no passado recente e que o actual executivo camarário previa que continuasse a evoluir pela positiva, o que não aconteceu.*-----

-----*O PPD/PSD.CDS-PP alertou para este erro de previsão, hoje vemo-nos forçados em face do decréscimo das receitas a apertar o cinto, quando as necessidades do Concelho pediam um investimento racional e que fosse de encontro às necessidades básicas da população que continuam por satisfazer.*-----

-----*Constatamos com desgosto, que a débil situação financeira não nos permite suportar uma forte política de investimentos, vivemos no passado acima das nossas possibilidades, tudo consumindo com a despesa corrente e com despesa de capital de investimento mal planeado e tudo aponta para que num futuro quase imediato nos vejamos obrigados a viver abaixo das nossas necessidades.*-----

-----*Não se prevê o lançamento de quaisquer obras durante o corrente ano, prejudicando o desenvolvimento contínuo e sustentado do Concelho, mas se pensávamos que se tinha tirado a devida ilação, a devida lição dos erros do passado, veja-se os valores previstos no plano de saneamento financeiro apresentado no Tribunal de Contas, em que a receita corrente dispara de 23,1 milhões de euros em 2002, para 324 milhões de euros em 2014.*-----

-----*A situação financeira da Câmara Municipal de Sesimbra é de tal forma grave que, só com um empréstimo de cinco milhões de euros é possível assegurar o prosseguimento das obras lançadas no mandato anterior. Chegará?. Parece-nos que não, e a mesma opinião parece ter o executivo camarário, que na penúltima reunião da assembleia municipal e hoje mesmo, admitiu*

a hipótese de num futuro próximo se contratualizar um novo empréstimo de médio e longo prazo. Até onde iremos?-----

-----Assistimos a uma crescente betonização do Concelho, tudo o que interessa é receber o valor das licenças para alívio da tesouraria sem ter em conta os custos das infra-estruturas a construir e as despesas com a manutenção dessas mesmas infra-estruturas.-----

-----Quanto custará essa manutenção? -----

-----Qual será a factura dos compromissos ora assumidos?-----

-----Para já não sobra capital suficiente para a construção de equipamentos que acompanhem as necessidades do aumento populacional, vivemos num Concelho cada vez mais pobre e que não proporciona qualidade de vida aos seus habitantes e a quem nos visita. -----

-----Por fim e em face do passado de crítica intransigente das opções neste particular domínio da Câmara Municipal de Sesimbra, manifestamos a nossa estranheza perante o sentido de voto dos autarcas da Coligação Democrática Unitária, na Câmara Municipal de Sesimbra, que só prova que o acordo de regime tantas vezes negado, existe e recomenda-se.-----

-----Pelo exposto obviamente votamos contra o Orçamento e as Grandes Opções do Plano apresentados. -----

*-----Em seguida o **Membro Miguel Bastos**, prestou em nome da Bancada do PS, a seguinte*

Declaração de Voto: -----

-----A Bancada do Partido Socialista votou favoravelmente as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2002, por considerarmos que estes documentos correspondem aos compromissos assumidos com a população do Concelho que nos elegeu, quer em termos do seu desenvolvimento, quer nas opções de gestão económica assumidas. -----

*----- Encerrada a Ordem de Trabalhos, o **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início ao Período de “Intervenção Aberta ao Público”. -----*

*-----Usou da palavra a **Munícipe Maria Helena Balaio Mendes Quitério**, residente na Quinta do Conde, que disse ter constatado que na Avenida 1º de Maio, na Quinta do Conde, tinha sido pintada uma passagem de peões e colocada a banda. -----*

-----Como Membro da Associação de Pais, passou de seguida a ler um documento cujo objectivo era sensibilizar o governo e as outras entidades relacionadas com a educação, sobre a falta de Escolas do Ensino Básico e Secundário e da sobre-lotação das escolas existentes naquela Freguesia,

o qual, seguidamente entregou ao Presidente da Assembleia Municipal. -----

-----Por último chamou a atenção para a instalação de uma antena de telemóvel na EBI da Quinta do Conde, com a autorização do Ministério da Educação com um contrato de concessão de dez anos. A Escola só tivera conhecimento depois do facto consumado. -----

-----Solicitava como representante da Associação de Pais e Encarregados de Educação da EBI que fosse feito pela autarquia um levantamento de quantas antenas existiam no Concelho de Sesimbra e que fossem tomadas medidas conforme já tinha sido feito noutras Câmaras Municipais em vários pontos do País de retirarem as ditas antenas, que não estivessem licenciadas, das zonas populacionais. -----

-----Seguidamente usou da palavra o **Presidente da Câmara Municipal**, que informou que relativamente à Avenida 1º de Maio o trabalho estava a avançar e o importante era que continuasse.

-----Quanto ao pedido em termos do levantamento, a Câmara iria fazer o levantamento das antenas e ver se efectivamente podiam alterar algo, mas queria dizer à munícipe Helena Quitério, que a Câmara Municipal de Sesimbra tinha sido uma das poucas Câmaras que exigira o licenciamento das antenas de telemóvel que proliferavam pelo Concelho. -----

-----Encerrado o **Período de “Intervenção Aberta ao Público”**, foi, por consenso, dispensada a leitura da acta em minuta da presente sessão, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respectiva assinatura. -----

-----Nesta conformidade, o **Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrados os trabalhos, eram uma hora e quarenta e cinco minutos do dia 20 de Julho. -----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que vai ser assinado pelo Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer. -----